

# JORNAL OFICIAL

# II SÉRIE – NÚMERO 203 SEGUNDA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2015

ÍNDICE:

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO, EMPREGO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL

Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional

# SECRETARIA REGIONAL DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Portaria

Direção Regional da Habitação

# SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE

**Portarias** 

# SECRETARIAS REGIONAIS DO TURISMO E TRANSPORTES E DA AGRICULTURA E AMBIENTE

Despachos

## SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E AMBIENTE

Direção Regional do Ambiente

# MUNICÍPIO DE VILA DO PORTO

Regulamentos



# DIREÇÃO REGIONAL DO EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Despacho n.º 2348/2015 de 19 de Outubro de 2015

Nos termos do n.º 5 do artigo 5.º da Resolução do Conselho do Governo n.º 101/2013, de 8 de outubro, determino a abertura das candidaturas ao Programa REQUALIFICAR, no período compreendido entre 19 de outubro a 31 de dezembro de 2015, podendo, excecionalmente e em casos devidamente fundamentados serem aceites candidaturas fora do referido prazo, mediante autorização prévia.

15 de outubro de 2015. - A Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional, *Ilda Margarida de Sousa Baptista*.

#### S.R. DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Portaria n.º 1464/2015 de 19 de Outubro de 2015

Por Portaria n.º 227 da Secretária Regional da Solidariedade Social, de 14 de outubro de 2015, foi atribuída a verba de 53.000,00€ ao Instituto de Segurança Social dos Açores, IPRA, destinado à comparticipação do mês de outubro do apoio da Segurança Social referente ao funcionamento da Rede de Cuidados Continuados dos Açores, a ser processado pelo Capítulo 50 – Despesas do Plano, Divisão (programa) 7 – Solidariedade Social, 7.4 - Apoio a Idosos, Classificação Económica 08.03.06 K).

14 de outubro de 2015. - A Secretária Regional da Solidariedade Social, *Andreia Martins Cardoso da Costa*.

# DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Extrato de Despacho n.º 420/2015 de 19 de Outubro de 2015

Por despacho da Secretária Regional da Solidariedade Social, de 5 de outubro de 2015, são atribuídas, as seguintes comparticipações financeiras, a fundo perdido, ao abrigo da Resolução do Conselho do Governo n.º 147/2015, de 17 de setembro:

NOME DO CANDIDATO	HABITAÇÃO SINISTRADA	FREGUESI A	MONTA NTE€	NIF
Blandina da Conceição Costa	Rua das Courelas de Cima, n.º 28	Nordeste	52,16	160731704
Carlos Marques Cordeiro	Rua da Nazaré, n.º 9	Nordeste	2.114,56	112685633
Aliete Maria Oliveira da Silva	Rua do Moio, n.º 2 - Pedreira	Nordeste	6.845,89	123451043
João Manuel Cabral Pacheco	Estrada Regional, n.º 10 - Pedreira	Nordeste	244,00	133768112
Ernesto Gonçalves Raposo	Largo da Grota do Bravo, n.º 24	Nordeste	3.912,88	102495335
José Francisco Cabral de Melo	Rua do Moio, n.º 4 - Pedreira	Nordeste	6.376,54	150449127
Manuel Cabral de Torres Júnior	Rua do Moio, n.º 10 - Pedreira	Nordeste	6.378,94	160731402
Maria Leonor Franco Botelho Frias	Largo da Grota do Bravo, n.º 26	Nordeste	1.018,58	120285614
Manuel de Medeiros Visinho	Rua das Courelas de Cima, n.º 30	Nordeste	667,23	115908544
António Furtado Mota	Rua do Moio, n.º 6 - Pedreira	Nordeste	5.845,13	181571005
Maria Belmira Valério Pacheco	Rua do Moio, n.º 32 - Pedreira	Nordeste	218,30	102502293
M. Natália Medeiros Cabral Fernandes	Rua das Courelas de Cima, n.º 34	Nordeste	538,08	178147010
Olga Moniz Cabral Soares	Estrada Regional, n.º 5 B - Pedreira	Nordeste	29.218,22	154000566
Pedro Miguel Tavares Pinheiro	Rua do Moio, n.º 3 - Pedreira	Nordeste	6.484,75	195147553
António Fernandes Calhau	Rua das Courelas de Cima, n.º 24	Nordeste	1.648,73	142305340

9 de outubro de 2015. - O Diretor Regional da Habitação, Carlos Manuel Redondo Faias.

## S.R. DA SAÚDE Portaria n.º 1467/2015 de 19 de Outubro de 2015

Usando das faculdades conferidas pelo Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores,

Manda o Governo Regional dos Açores, pelo Secretário Regional da Saúde:

Atribuir à ARRISCA – Associação Regional de Reabilitação e Integração Sociocultural dos Açores – Ponta Delgada, a importância de 4.500,00€ (Quatro mil e quinhentos euros), destinada a comparticipar o "Programa Centro de Dia", referente ao mês de setembro, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2011/A, de 23 de março, e Acordo de Cooperação celebrado entre ambas as partes.



A referida transferência será processada pelo Capitulo 50, Divisão 06, Subdivisão 08, Ação 6, Classificação Económica 04.07.01 alínea O).

14 de outubro de 2015. - O Secretário Regional da Saúde, Luís Mendes Cabral.

### S.R. DA SAÚDE Portaria n.º 1468/2015 de 19 de Outubro de 2015

Usando das faculdades conferidas pelo Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores,

Manda o Governo Regional dos Açores, pelo Secretário Regional da Saúde:

Atribuir à ARRISCA – Associação Regional de Reabilitação e Integração Sociocultural dos Açores – Ponta Delgada, a importância de 36.498,00€ (Trinta e seis mil quatrocentos e noventa e oito euros), destinada a comparticipar os programas de "Substituição Opiácea" e "Livre de Droga", referente ao mês de setembro, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2011/A, de 23 de março, e Acordo de Cooperação celebrado entre ambas as partes.

A referida transferência será processada pelo Capitulo 50, Divisão 06, Subdivisão 08, Ação 6, Classificação Económica 04.07.01 alínea O).

14 de outubro de 2015. - O Secretário Regional da Saúde, Luís Mendes Cabral.

# S.R. DO TURISMO E TRANSPORTES, S.R. DA AGRICULTURA E AMBIENTE Despacho n.º 2349/2015 de 19 de Outubro de 2015

Considerando que o Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril, determinou a suspensão parcial do POTRAA (Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto), com incidência nas normas que visam o controlo do crescimento da oferta de alojamento turístico;

Considerando que, para vigorar durante a suspensão daquele instrumento de gestão territorial, foram aprovadas medidas cautelares visando a contenção do crescimento da oferta de alojamento turístico na Ilha de S. Miguel;

Considerando que o projeto de construção de apartamentos turísticos de quatro estrelas, no Caminho do Concelho, freguesia dos Mosteiros, concelho de Ponta Delgada, promovido por Patrícia Sousa Lima Damião de Medeiros, com uma capacidade prevista de 24 novas camas, deve ser submetido ao procedimento estabelecido nos n.ºs 3 e 6 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A;



Considerando que o empreendimento projetado constitui uma inequívoca mais-valia para a oferta turística açoreana, não só pelas suas valências de turismo de lazer, mas também pela forte componente de animação turística que incorpora;

Considerando que a Direção Regional de Turismo se pronunciou no sentido do enquadramento do projeto nas alíneas a) e c) do n.º 3 do referido artigo 5.º.

Assim, ao abrigo do n.º 6 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril, os Secretários Regionais do Turismo e Transportes e da Agricultura e Ambiente, determinam o seguinte:

Único: São autorizadas as operações urbanísticas que a promotora Patrícia Sousa Lima Damião de Medeiros se propõe realizar tendo em vista a construção de apartamentos turísticos com 24 novas camas, a implantar no Caminho do Concelho, freguesia dos Mosteiros, concelho de Ponta Delgada, sem prejuízo do cumprimento pela interessada de toda a demais legislação urbanística aplicável.

25 de setembro de 2015. - O Secretário Regional do Turismo e Transportes, *Vítor Manuel Ângelo de Fraga*. - O Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, *Luís Nuno Ponte Neto de Viveiros*.

# S.R. DO TURISMO E TRANSPORTES, S.R. DA AGRICULTURA E AMBIENTE Despacho n.º 2350/2015 de 19 de Outubro de 2015

Considerando que o Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril, determinou a suspensão parcial do POTRAA (Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto), com incidência nas normas que visam o controlo do crescimento da oferta de alojamento turístico;

Considerando que, para vigorar durante a suspensão daquele instrumento de gestão territorial, foram aprovadas medidas cautelares visando a contenção do crescimento da oferta de alojamento turístico na Ilha de S. Miguel;

Considerando que o projeto de construção de apartamentos turísticos de quatro estrelas, no Pico da Forca, freguesia de Água de Pau, concelho de Lagoa, promovido por José Manuel de Almeida e Sousa, com uma capacidade prevista de 16 novas camas, deve ser submetido ao procedimento estabelecido nos n.ºs 3 e 6 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A;

Considerando que o empreendimento projetado constitui uma inequívoca mais-valia para a oferta turística açoreana, não só pelas suas valências de turismo de lazer, mas também pela forte componente de animação turística que incorpora;

Considerando que a Direção Regional de Turismo se pronunciou no sentido do enquadramento do projeto nas alíneas a) e c) do n.º 3 do referido artigo 5.º.

Assim, ao abrigo do n.º 6 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril, os Secretários Regionais do Turismo e Transportes e da Agricultura e Ambiente, determinam o seguinte:

Único: São autorizadas as operações urbanísticas que o promotor José Manuel de Almeida e Sousa se propõe realizar tendo em vista a construção de apartamentos turísticos com 16 novas camas, a implantar no Pico da Forca, freguesia de Água de Pau, concelho de Lagoa, sem prejuízo do cumprimento pelo interessado de toda a demais legislação urbanística aplicável.

25 de setembro de 2015. - O Secretário Regional do Turismo e Transportes, *Vítor Manuel Ângelo de Fraga*. - O Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, *Luís Nuno Ponte Neto de Viveiros*.

## DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE Portaria n.º 1469/2015 de 19 de Outubro de 2015

O Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2014/A, de 15 de dezembro, regula o sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras, integradas nos parques naturais de ilha e em reservas da biosfera;

Assim, manda o Governo Regional dos Açores, pelo Diretor Regional do Ambiente, em sede de competências delegadas pelo despacho n.º 1414/2015 de 26 de junho, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 9.º e artigo 10.º do Anexo do Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2014/A, de 15 de dezembro, o seguinte:

- 1. Conceder à beneficiária Evangelina de Jesus Batista, residente no Caminho do Concelho, n. ° 85, freguesia de Biscoitos, concelho de Praia da Vitória, o apoio financeiro, referente ao primeiro pagamento anual, no montante global de 329,00€ (trezentos e vinte e nove euros), respeitante à seguinte parcela que integra a unidade de exploração:
  - a. Cd.ª Brás da Silva /Cd.ª Tenente Coronel, na freguesia de Biscoitos, Matriz Predial n.º 3666, com uma área de 0.1400 ha;
- 2. Esta despesa será suportada pelas verbas inscritas no Programa 12 Ambiente e Ordenamento, Projeto 01 Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental, Ação L Incentivos à Manutenção de Paisagens Tradicionais em áreas classificadas, Classificação Económica 04.08.02.

8 de Outubro de 2015. - O Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Hélio Jorge.

# DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE Portaria n.º 1470/2015 de 19 de Outubro de 2015

O Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2014/A, de 15 de dezembro, regula o sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras, integradas nos parques naturais de ilha e em reservas da biosfera;

Assim, manda o Governo Regional dos Açores, pelo Diretor Regional do Ambiente, em sede de competências delegadas pelo despacho n.º 1414/2015 de 26 de junho, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 9.º e artigo 10.º do Anexo do Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2014/A, de 15 de dezembro, o seguinte:

- 1. Conceder ao beneficiário Eleutério Dias Nunes, residente no Caminho do Concelho, n. º 120, freguesia de Biscoitos, concelho de Praia da Vitória, o apoio financeiro, referente ao primeiro pagamento anual, no montante global de 1.523,00€ (mil quinhentos e vinte e três euros), respeitante às seguintes parcelas que integram a unidade de exploração:
  - a. Ribeira Chamusco/ Cd. <sup>a</sup> Brás da Silva, na freguesia de Biscoitos, Matriz Predial n. <sup>o</sup> 3486, com uma área de 0.0484 ha;
- b. Canada Iria/Canada das Vinhas, na freguesia de Biscoitos, Matriz Predial n.º 4293, com uma área de 0.1895 ha:
- c. Ribeira do Pamplona, na freguesia de Biscoitos, Matriz Predial n.º 5403, com uma área de 0.4336 ha;
- d. Ribeira do Pamplona, na freguesia de Biscoitos, Matriz Predial n.º 5404, com uma área de 0.1285 ha;
- 2. Esta despesa será suportada pelas verbas inscritas no Programa 12 Ambiente e Ordenamento, Projeto 01 Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental, Ação L Incentivos à Manutenção de Paisagens Tradicionais em áreas classificadas, Classificação Económica 04.08.02.

8 de Outubro de 2015. - O Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Hélio Jorge.

# DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE Portaria n.º 1471/2015 de 19 de Outubro de 2015

O Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2014/A, de 15 de dezembro, regula o sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras, integradas nos parques naturais de ilha e em reservas da biosfera;

Assim, manda o Governo Regional dos Açores, pelo Diretor Regional do Ambiente, em sede de competências delegadas pelo despacho n.º 1414/2015 de 26 de junho, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 9.º e artigo 10.º do Anexo do Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2014/A, de 15 de dezembro, o seguinte:

- 1. Conceder ao beneficiário Irmãos Faria, Unipessoal, Lda., com sede na Travessa do Valverde n.º 21, freguesia de Madalena, concelho de Madalena, o apoio financeiro, referente ao primeiro pagamento anual, no montante global de 3 412,20 (três mil quatrocentos e doze euros e vinte cêntimos), respeitante às seguintes parcelas que integram a unidade de exploração:
  - a. Canada do Monte, na freguesia de Criação Velha, Matriz Predial n.º 6500, com uma área de 0,726ha;
- b. Canada do Monte, na freguesia de Criação Velha, Matriz Predial n.º 6501, com uma área de 0,726ha;
- 2. Esta despesa será suportada pelas verbas inscritas no Programa 12 Ambiente e Ordenamento, Projeto 04 Qualidade Ambiental e Património Mundial, Ação G Sistema de apoios da Paisagem Protegida da Vinha do Pico, Classificação Económica 04.01.02.
- 14 de outubro de 2015. O Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Hélio Jorge.

### DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE Portaria n.º 1472/2015 de 19 de Outubro de 2015

O Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2014/A, de 15 de dezembro, regula o sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras, integradas nos parques naturais de ilha e em reservas da biosfera;

Assim, manda o Governo Regional dos Açores, pelo Diretor Regional do Ambiente, em sede de competências delegadas pelo despacho n.º 1414/2015 de 26 de junho, ao abrigo do

disposto no n.º 3 do artigo 9.º e artigo 10.º do Anexo do Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2014/A, de 15 de dezembro, o seguinte:

- 1. Conceder os apoios financeiros, referentes ao primeiro pagamento anual, constantes da lista anexa à presente portaria, e que dela faz parte integrante, no montante global de 86 579,03 € (oitenta e seis mil quinhentos e setenta e nove euros e três cêntimos) destinados à manutenção da produção da cultura da vinha da ilha do Pico em currais;
- 2. Esta despesa será suportada pelas verbas inscritas no Programa 12 Ambiente e Ordenamento, Projeto 04 Qualidade Ambiental e Património Mundial, Ação G Sistema de apoios da Paisagem Protegida da Vinha do Pico, Classificação Económica 04.01.02.

14 de outubro de 2015. - O Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Hélio Jorge.

#### Anexo

Listagem dos apoios financeiros, referentes ao primeiro pagamento anual, destinados à manutenção da produção da cultura da vinha da ilha do Pico em currais, ao abrigo do disposto no Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2014/A, de 15 de dezembro

	<u> </u>			
	Parcelas		Apoio	
Beneficiário	Nº Matriz	Freguesia	Financeiro (€)	
Adolfo António Rodrigues de Medeiros	175° e 176°	Criação Velha	682,44	
Alberto Dutra de Oliveira	6469°	Criação Velha	1 175,00	
Angelina Maria da Silva Garcia	6436°	Criação Velha	454,96	
António da Silva Medeiros	6196°	Criação Velha	1 339,50	
António Dutra Tavares	6194°, 6195° e 220°	Criação Velha	1 455,50	
António Faria da Silva Jr.	164°	Criação Velha	1 327,05	
António Manuel Dutra da Costa	150° e 6195°	Criação Velha	438,04	
António Manuel Rodrigues Luís	152°, 218°,2376° e 6502°	Criação Velha	5 874,04	
António Manuel Rodrigues Pereira	169° e 6167°	Criação Velha	1 288,04	
António Rodrigues Dutra Vicente	6692 e 2050	Criação Velha e Madalena	652,70	

# REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES JORNAL OFICIAL

			l I
António Silveira Pereira	6438°	Criação Velha	731,09
Augusto Manuel Rodrigues Matos	8685°	Madalena	810,60
Carlos Alberto Garcia Nunes	153°, 235°, 271° e 6555°	Criação Velha	3 791,04
Carlos Manuel Ferreira Pereira	6692°, 11495° e 11505°	Criação Velha e Candelária	1 970,48
Carlos Manuel Garcia Pereira	6193°	Criação Velha	942,35
Célia Conceição Costa Goulart Castro	11566°	Candelária	1 589,50
Emanuel Jorge Serpa	6236°	Criação Velha	282,00
Evelina de Jesus Garcia Rodrigues	6436°	Criação Velha	1 128,00
Filomena Maria da Silva Amaral Tavares	164°, 180°, 219° e 220°	Criação Velha	1 606,07
Fortunato Manuel de La Cerda Gomes e Garcia	154°	Criação Velha	869,50
Gabriel Humberto Ferreira Pereira	6438° e 9434°	Criação Velha e Madalena	933,89
Humberto Carlos Jorge Pedro	6438°	Criação Velha	324,77
Igor Goncalves Machado	85° e 6192°, 9551° e 9552°	Criação Velha e Madalena	2 171,50
Isabel Dutra Nunes Tavares	217°	Criação Velha	853,05
Isabel Glória da Costa	6197°	Criação Velha	1 264,07
João Ferreira da Silva	8 7 °, 118°,119°,123°,124°,125°,164°, 6192° e 6436°	Criação Velha	3 464,61
Joel Gonçalves Terra	2369°	Madalena	420,00
Jorge Emílio Andrade Ferreira	6156°	Criação Velha	822,50
José Alberto Costa Martins	208°	Criação Velha	4 253,50

# REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES JORNAL OFICIAL

José António Amaral Pereira	180°,182° e 217°	Criação Velha	1 028,83
José António Ferreira Pereira	6236°	Criação Velha	493,50
José António Oliveira Amaral	6160°	Criação Velha	799,00
José Carlos Gaspar Jorge	164°	Criação Velha	1 327,05
José Furtado Rodrigues Caetano	183°	Criação Velha	2 209,00
José Manuel Dutra Rodrigues	6385°	Criação Velha	2 585,00
José Manuel Rodrigues Pereira	169° e 6786°	Criação Velha	959,04
José Pereira da Silva	173° e 179°	Criação Velha	1 410,00
José Pires Tavares	6594°	Criação Velha	493,50
Leonardo Ávila da Silva	174°,178°,182° e 9459	Criação Velha e Madalena	3 748,72
Luís Manuel Rodrigues da Silva	180° e 181°	Criação Velha	767,75
Manuel Alberto Ferreira Dutra	6570°	Criação Velha	705,00
Manuel António Ferreira Pereira	183° e 6192°	Criação Velha	1 561,81
Manuel António Madruga Magalhães	6438°	Criação Velha	487,39
Manuel António Pereira Tavares	155°	Criação Velha	796,18
Manuel Augusto Rodrigues da Silva	171°	Criação Velha	1 819,84
Manuel da Silva Leal	106° e 126°	Criação Velha	284,35
Manuel de Oliveira Serpa	1999°, 8501° e 8685°	Madalena	2 131,60
Manuel Fernando Ferreira Pereira	218°	Criação Velha	869,50

# REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES JORNAL OFICIAL

Manuel Gonçalves Martins	6236°	Criação Velha	564,00
Manuel Martins Cardoso	179°	Criação Velha	682,44
Manuel Norberto Amaral Pereira	212°, 213° e 6438°	Criação Velha	714,87
Manuel Pinheiro Gaspar Jorge	1623°	Criação Velha	752,00
Manuel Rodrigues Ferreira Pereira	6438° e 6561°	Criação Velha	1 226,70
Margarida Dutra Tavares Pereira	130° e 220°	Criação Velha	1 011,44
Maria Alexandrina P. Amaral Dutra	101°, 102°, 103° e 6436°	Criação Velha	2 104,66
Maria Augusta Ferreira Pereira Dutra	6159°	Criação Velha	893,00
Maria de Fátima Pereira A. Costa	6419°	Criação Velha	1 778,01
Maria de Jesus Pereira	6192° e 6483°	Criação Velha	1 153,15
Maria de Jesus Pereira Dutra	131°, 6194° e 6195°	Criação Velha	1 735,71
Maria de Jesus Rodrigues P.S. Pereira	31°	Bandeiras	846,00
Maria Manuela Rodrigues Martins Pereira	I218°	Criação Velha	822,50
Óscar Manuel Nunes F. Gomes	6008°	Santa Luzia	2 880,00
Renato Paulo Ferreira de Oliveira	6161° e 2369°	Criação Velha e Madalena	1 551,70
Tomás Amaral Pereira	217°	Criação Velha	470,00



# DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE Despacho n.º 2351/2015 de 19 de Outubro de 2015

Considerando que cabem à Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente as competências no domínio do ambiente, do ordenamento do território e dos recursos hídricos, nos termos das alíneas e), f) e g) do artigo 14.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2014/A, de 24 de julho;

Considerando a responsabilidade da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente no cumprimento dos artigos 33.º e 34.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho;

Considerando a importância da conservação da natureza e da biodiversidade da Região, designadamente no tocante ao cumprimento das alíneas *d*) do artigo 10.º e *b*) do artigo 11.º, ambos da Lei de Bases da Política de Ambiente, aprovada pela Lei n.º 19/2014, de 14 de abril;

Considerando que os meios técnicos e humanos afetos à Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, nomeadamente à Direção Regional do Ambiente, são manifestamente insuficientes para realizar a referida remoção em larga escala e tempo útil;

Considerando que se tem mostrado bastante proveitosa a colaboração existente entre a Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente e as Juntas de Freguesias;

Considerando a existência do Programa "Eco Freguesia: Freguesia Limpa", o qual visa reconhecer e distinguir, entre outros, o bom desempenho ambiental das Freguesias;

Considerando ainda a necessidade de continuar a incentivar as Freguesias a participar no referido programa, tendo em vista uma intervenção pró-ativa no âmbito da limpeza, remoção e destino final dos resíduos no espaço público, bem como na promoção de boas práticas e na sensibilização ambiental, à escala do seu território;

Assim, ao abrigo do disposto das alíneas *d*) e *e*) do artigo 90.° do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, das alíneas *e*), *f*) e *g*) do artigo 14.° do Decreto Regulamentar Regional n.° 12/2014/A, de 24 de julho, das alíneas *b*), *l*) e *o*) do artigo 2.° do Anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.° 11/2013/A, de 2 de agosto, da alínea *a*) do n.° 1 do artigo 19.° e do artigo 23.° do Decreto Legislativo Regional n.° 32/2002/A, de 8 de agosto, do Despacho n.° 407/2015 de 19 de fevereiro, e com o estabelecido no Acordo de Colaboração celebrado entre a Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente e a Junta de Freguesia da Caveira.

1. É atribuída à Junta de Freguesia da Caveira, concelho de Santa Cruz das Flores, ilha das Flores, um apoio financeiro no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), para a recolha de resíduos abandonados em espaços públicos, desobstrução de linhas de água

afluentes a zonas urbanas e operações de proteção da biodiversidade, no âmbito do Programa "Eco Freguesia, Freguesia Limpa".

2. Esta despesa será suportada pelas verbas inscritas no Capítulo 50, Programa 12, Projeto 04, Ação I, Classificação Económica 08.05.02.Z do Plano de Investimentos da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente para o ano económico de 2015.

6 de Outubro de 2015. - O Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Hélio Jorge.

# DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE Despacho n.º 2352/2015 de 19 de Outubro de 2015

Considerando que cabem à Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente as competências no domínio do ambiente, do ordenamento do território e dos recursos hídricos, nos termos das alíneas e), f) e g) do artigo 14.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2014/A, de 24 de julho;

Considerando a responsabilidade da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente no cumprimento dos artigos 33.º e 34.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho;

Considerando a importância da conservação da natureza e da biodiversidade da Região, designadamente no tocante ao cumprimento das alíneas *d*) do artigo 10.º e *b*) do artigo 11.º, ambos da Lei de Bases da Política de Ambiente, aprovada pela Lei n.º 19/2014, de 14 de abril;

Considerando que os meios técnicos e humanos afetos à Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, nomeadamente à Direção Regional do Ambiente, são manifestamente insuficientes para realizar a referida remoção em larga escala e tempo útil;

Considerando que se tem mostrado bastante proveitosa a colaboração existente entre a Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente e as Juntas de Freguesias;

Considerando a existência do Programa "Eco Freguesia: Freguesia Limpa", o qual visa reconhecer e distinguir, entre outros, o bom desempenho ambiental das Freguesias;

Considerando ainda a necessidade de continuar a incentivar as Freguesias a participar no referido programa, tendo em vista uma intervenção pró-ativa no âmbito da limpeza, remoção e destino final dos resíduos no espaço público, bem como na promoção de boas práticas e na sensibilização ambiental, à escala do seu território;

Assim, ao abrigo do disposto das alíneas d) e e) do artigo 90.° do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, das alíneas e), f) e g) do artigo 14.° do Decreto Regulamentar Regional n.° 12/2014/A, de 24 de julho, das alíneas b), f) e g0) do artigo 2.° do Anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.° 11/2013/A, de 2 de agosto, da

alínea *a*) do n.º 1 do artigo 19.º e do artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, do Despacho n.º 407/2015 de 19 de fevereiro, e com o estabelecido no Acordo de Colaboração celebrado entre a Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente e a Junta de Freguesia da Piedade.

- 1. É atribuída à Junta de Freguesia da Piedade, concelho das Lajes do Pico, ilha do Pico, um apoio financeiro no valor de 3.000,00€ (três mil euros), para a recolha de resíduos abandonados em espaços públicos, desobstrução de linhas de água afluentes a zonas urbanas e operações de proteção da biodiversidade, no âmbito do Programa "Eco Freguesia, Freguesia Limpa".
- 2. Esta despesa será suportada pelas verbas inscritas no Capítulo 50, Programa 12, Projeto 04, Ação I, Classificação Económica 08.05.02.Z do Plano de Investimentos da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente para o ano económico de 2015.

13 de Outubro de 2015. - O Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Hélio Jorge.

#### MUNICÍPIO DE VILA DO PORTO

Regulamento n.º 13/2015 de 19 de Outubro de 2015

#### PLANO DE PORMENOR DA ZONA BALNEAR DA PRAIA FORMOSA

Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto:

Torna público que, sob proposta da Câmara Municipal de Vila do Porto aprovada na reunião pública de 31 de agosto de 2015, a Assembleia Municipal de Vila do Porto, na 4.ª sessão ordinária de 28 de setembro de 2015, aprovou, por maioria, o Plano de Pormenor da Zona Balnear da Praia Formosa, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 93.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores.

Assim, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 94.º e artigo 179.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, para efeitos de eficácia, publica-se em anexo a este aviso, a certidão da deliberação da Assembleia Municipal, o regulamento, a planta de implantação e a planta de condicionantes do referido Plano de Pormenor.

7 de outubro de 2015. - O Presidente da Câmara, Carlos Henrique Lopes Rodrigues.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

#### **DELIBERAÇÃO**

Ricardo Pedro Amaral de Carvalho e Sousa, 1.º Secretário da Assembleia Municipal de Vila do Porto:



Certifica que, na quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila do Porto, realizada a vinte e oito de setembro de dois mil de quinze, foi aprovada em minuta para eficácia imediata, de entre todas, a seguinte deliberação:

"Ponto n.º 2) Versão final da proposta do Plano de Pormenor da Zona Balnear da Praia Formosa;

Deliberação: Foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD e contra do PS e CDU."

E por ser verdade passo a presente certidão, que assino e autentico com o selo branco em uso neste Município.

7 de outubro de 2015. - O 1º Secretário da Assembleia Municipal, *Ricardo Pedro Amaral de Carvalho e Sousa*.

#### REGULAMENTO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA BALNEAR DA PRAIA FORMOSA

# CAPÍTULO I Disposições gerais

Artigo 1.º

#### Natureza e Âmbito Territorial

- 1. O Plano de Pormenor da Zona Balnear da Praia Formosa, adiante designado por Plano, tem por objeto a definição da ocupação e o estabelecimento das prescrições regulamentares que regem a gestão urbanística na sua área de intervenção delimitada na planta de implantação.
- 2. A área de intervenção do Plano localiza-se na freguesia da Almagreira, no município de Vila do Porto, junto ao litoral, numa zona privilegiada quer do ponto de vista ambiental, quer paisagístico, abrangendo o núcleo urbano da Praia Formosa e a respetiva zona balnear.
- 3. O Plano é um instrumento de natureza regulamentar e as suas disposições vinculam as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, os particulares.

# Artigo 2.º

#### **Objetivos**

- 1. O Plano visa assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso do núcleo urbano da Praia Formosa, que garanta uma ocupação sustentável nomeadamente através da proteção das áreas ambientalmente sensíveis e da exploração da diversidade de recursos e ativos locais e regional, dotando o território de condições que lhe permitam afirmar-se enquanto destino residencial e turístico de qualidade e diferenciador.
- 2. Constituem objetivos do Plano:
  - a) Promover a requalificação urbanística e o desenvolvimento urbano sustentável da Praia Formosa, criando condições para fixação de novos habitantes, garantindo a integração

paisagística das novas edificações e a qualidade urbana e ambiental, contribuindo para uma urbanidade que traduza os valores rurais e naturais presentes;

- b) Criar as condições para que a Praia Formosa se afirme como destino turístico e de recreio e lazer à escala regional baseado na diversidade de recursos presentes, nomeadamente através da oferta diversificada de espaços de fruição públicos e do reforço dos equipamentos de apoio ao recreio balnear e prática desportiva;
- c) Valorizar e salvaguardar as estruturas biofísicas existentes, designadamente a orla costeira e as zonas ribeirinhas, numa perspetiva de qualificação e de aposta na fruição dos recursos e dos valores naturais presentes e enquanto fator de integração do aglomerado na envolvente natural e rural;
- d) Melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade na Praia Formosa, adequando-as a uma maior procura, quer do ponto de vista residencial, quer turístico e recreativo, privilegiando os modos pedonal e ciclável para a interligação dos diversos espaços de fruição e vivência, e dotando-a de condições de estacionamento adequadas à sua atratividade municipal e regional.

# Artigo 3.º Conteúdo Documental

- 1. O Plano é constituído pelos seguintes elementos:
  - a) Regulamento;
  - b) Planta de implantação, à escala 1:2.000;
  - c) Planta de condicionantes, à escala 1:2.000.
- 2. O Plano é acompanhado pelos seguintes elementos:
  - a) Relatório, contendo a fundamentação técnica das soluções propostas no plano, suportada na identificação e caracterização objetiva dos recursos territoriais da sua área de intervenção e na avaliação das condições económicas, sociais, culturais e ambientais para a sua execução;
  - b) Peças escritas e desenhadas que suportem as operações de transformação fundiária previstas, nomeadamente a planta de modelação bem como todos os elementos complementares previstos na legislação;
  - c) Programa de Execução e Plano de Financiamento;
  - d) Relatório de Ponderação da Discussão Pública.

#### Artigo 4.º

# Relação com outros Instrumentos de Gestão Territorial

O presente Plano está em conformidade com os seguintes instrumentos de gestão territorial:

- a) Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- b) Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Autónoma dos Açores (PROTA);
- c) Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA);
- d) Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de Santa Maria (POOC);
- e) Plano Diretor Municipal de Vila do Porto (PDM);
- f) Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA).

# Artigo 5.° **Definições**

Para efeitos do presente Plano são adotadas as definições estabelecidas no diploma específico que regulamenta nesta matéria o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, bem como os conceitos e definições que constam do regulamento do PDM.

# CAPÍTULO II Servidões e Restrições de Utilidade Pública Artigo 6.º

#### Regime

- 1. No território abrangido pelo Plano são observadas as disposições legais e regulamentares referentes a servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor, nomeadamente as decorrentes dos seguintes regimes jurídicos:
  - a) Recursos hídricos, que integram os leitos e margens das águas do mar e os leitos e margens dos cursos de água;
  - b) Áreas de reserva e de proteção dos solos e da biodiversidade, designadamente a reserva ecológica e o Monumento Natural da Pedreira do Campo, do Figueiral e Prainha, integrado no Parque Natural da Ilha de Santa Maria;
  - c) Infraestruturas básicas, que integram a rede de abastecimento de água (adutoras), a rede de drenagem de águas residuais e pluviais e a rede elétrica de alta tensão (30kv) e baixa tensão (6kv);
  - *d*) Infraestruturas de transporte e comunicação, que integram as estradas regionais, estradas municipais e a antena de transmissão.
- 2. Nas áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública, independentemente de estarem ou não graficamente identificadas na planta de condicionantes, a disciplina de uso, ocupação e transformação do solo é condicionada à observância dos respetivos regimes jurídicos.



#### CAPÍTULO III

#### Uso do Solo e Conceção do Espaço

# Artigo 7.º Qualificação do Solo

- 1. O solo que integra a área de intervenção do Plano é classificado no PDM, em coerência com o regime estabelecido pelo POOC, como solo rural e solo urbano respetivamente nas seguintes categorias e subcategorias de espaço:
  - a) Espaços agrícolas, espaços agroflorestais, espaços florestais, espaços naturais e culturais e espaços de equipamentos, que agrega a área de vocação recreativa e de lazer, zona balnear e o parque de campismo que, em conjunto com a via marginal, constituem a frente marítima da Praia Formosa:
  - b) Espaços urbanos consolidados, espaços urbanos a consolidar e espaços verdes.
- 2. O Plano assume a classificação do solo definida no PDM e procede à reorganização e desagregação das categorias de uso do solo referidas no número anterior, por forma a adequar a qualificação do solo ao modelo de organização espacial preconizado.
- 3. Para efeitos de aplicação deste Plano definem-se as seguintes áreas funcionais:
  - a) Em solo rural:
  - *i)* Frente marítima, constituída pelas seguintes áreas: praias, passeio marítimo, áreas de vocação recreativa e parque de campismo;
  - *ii)* Áreas de enquadramento, constituídas pelas áreas agrícolas ou florestais e pelas áreas naturais.
  - b) Em solo urbano, as áreas de habitação e usos complementares.
- 4. Complementarmente ao zonamento referido no número anterior, na planta de implantação são, ainda, identificadas as áreas de circulação e de estacionamento, bem como as áreas verdes de proteção que integram quer solo rural quer solo urbano.
- 5. Quando sobre o mesmo prédio incidam duas ou mais categorias de solo distintas, o cálculo dos respetivos índices é efetuado na exata proporção das áreas integradas em cada categoria.
- 6. A concreta distribuição da edificação permitida dentro do prédio poderá efetuar-se independentemente da qualificação do solo, quando tal se justifique do ponto de vista morfo-tipológico da operação urbanística.
- 7. Em caso de operação de loteamento, o disposto no número anterior só é aplicável quando a operação incida sobre a totalidade do prédio.

# Artigo 8.º Condição geral de edificabilidade

Sem prejuízo do cumprimento da legislação aplicável, é condição imperativa de edificabilidade, seja qual for o tipo de utilização do edifício, a existência prévia de infraestruturas de acesso público, de abastecimento de água, de saneamento e de eletricidade.

#### Artigo 9.º

#### **Demolições**

- 1. As construções identificadas na planta de implantação como a demolir destinam-se a assegurar a construção das infraestruturas e dos espaços de utilização coletiva previstos no Plano.
- 2. Não são permitidas obras de beneficiação ou ampliação das construções a demolir.

# Artigo 10.°

#### Modelação do terreno

- 1. A implantação das infraestruturas viárias, dos espaços verdes e das construções deve adaptar-se à topografia do terreno existente, limitando-se as escavações e aterros ao mínimo necessários à execução das obras de urbanização e à implantação dos edifícios.
- 2. A configuração dos arruamentos e dos outros espaços públicos devem ter como referência a modelação de terreno e desenho de espaço público apresentada na planta de implantação, podendo ser pontualmente alterados, mediante justificação técnica conclusiva, decorrente dos respetivos projetos de execução, desde que o princípio geral definido no Plano não seja posto em causa.

#### Artigo 11.º

#### Áreas verdes de proteção

- 1. As áreas verdes de proteção correspondem a zonas que não têm características para a edificabilidade, quer por possuírem condições biofísicas e ecológicas que importa salvaguardar, como é o caso dos cursos de água, quer por não terem condições geomorfológicas adequadas para a construção, como são o caso dos terrenos mais declivosos, sendo o revestimento vegetal destas áreas um fator de valorização que contribuir para o enquadramento urbano.
- 2. Na utilização de material vegetal arbustivo e arbóreo deve ter-se em atenção eventuais interferências com as panorâmicas que se podem desfrutar sobre o mar.
- 3. Os projetos das áreas verdes associados aos cursos de água devem incluir soluções que evitem a erosão, que promovam a infiltração na zona das margens e prever plantações de galerias ripícolas adequadas.

- 4. Os projetos das áreas verdes de proteção nos terrenos de maior declive devem acautelar, em especial, a drenagem das águas superficiais e a plantação de espécies que garantam a estabilização e proteção do solo.
- 5. Nas áreas de plantação referidas no número anterior não deve ser utilizado material vegetal com caráter invasor e ou risco ecológico.
- 6. A escolha das espécies a utilizar nas plantações referidas nos números anteriores deve obrigatoriamente observar o disposto no regime jurídico de conservação da natureza e da biodiversidade, nos termos da legislação vigente.
- 7. Nas áreas verdes de proteção apenas é permitida a instalação de pequenas edificações de apoio a atividades de lazer ao ar livre ou de apoio à manutenção da própria área, com características amovíveis e com uma área de construção máxima de 30 m2 desde que compatível com o regime específico de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, se aplicável.

#### Artigo 12.°

#### Alinhamentos arbóreos e maciços arbóreo-arbustivos

- 1. Os alinhamentos arbóreos e maciços arbóreo-arbustivos representados na planta de implantação são meramente indicativos no que respeita à implantação das caldeiras e elementos arbóreos, estando sujeitos a ajustamentos decorrentes dos respetivos projetos de execução.
- 2. Os taludes existentes e propostos devem ser objeto de cobertura com vegetação arbustiva e herbácea, por forma a assegurar a sua integração ambiental e paisagística e a minimizar situações de risco.
- 3. As espécies a utilizar cumprem as disposições dos números 5 e 6 do artigo anterior.

#### Artigo 13.°

#### Valores patrimoniais

- 1. Na planta de implantação encontram-se identificados os imóveis com valor patrimonial, que importa salvaguardar e valorizar pelo valor arquitetónico ou cultural que integram, designadamente:
  - a) Forte de S. João Baptista, identificado como valor patrimonial no PDM;
  - b) Casas marienses;
  - c) Moinhos de água;
  - d) Fontanário junto à Rua do Moinho.

- 2. As obras de alteração, de reconstrução ou de ampliação dos imóveis referidos no número anterior só são permitidas quando garantam as características essenciais da sua arquitetura no que diz respeito à tipologia e aos materiais de construção e acabamentos.
- 3. A demolição total destes edifícios só é permitida nas seguintes circunstâncias:
  - a) Por razões excecionais de evidente interesse público;
  - b) Por risco de ruína iminente.

#### Artigo 14.º

#### Classificação acústica

- 1. Para efeitos da aplicação do Regulamento Geral do Ruído, toda a área de intervenção integrada em solo urbano é classificada como zona sensível, ficando as operações urbanísticas sujeitas ao regime estabelecido na legislação em vigor.
- 2. Na restante área de intervenção, classificada como solo rural, e independentemente da categoria e subcategoria de espaço abrangida, não é atribuída qualquer classificação acústica.
- 3. As zonas sensíveis não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador Lden, e superior a 45 dB(A), expresso pelo indicador Ln.
- 4. Os recetores sensíveis isolados não integrados em zonas classificadas, por estarem localizados fora do perímetro urbano, são equiparados, em função dos usos existentes ou na sua envolvente, a zonas sensíveis ou mistas para efeitos de aplicação dos respetivos valores limite de exposição ao ruído.

#### **CAPÍTULO IV**

#### Frente Marítima

Artigo 15.º

#### Recuperação e requalificação

- 1. Para efeitos de aplicação deste Plano identificam-se as intervenções programadas no âmbito do POOC com incidência espacial nesta área:
  - a) Requalificação das praias;
  - b) Construção de um passeio marítimo e criação de zonas de estacionamento;
  - c) Reforço das infraestruturas e dos equipamentos de apoio ao recreio balnear e náutico;
  - d) Qualificação paisagística do parque de campismo.

2. A reformulação do sistema de circulação e de estacionamento na frente marítima proposto no POOC é integrada no Plano através da restruturação e reorganização de todo o sistema de circulação, conforme é especificado no Capitulo VIII do regulamento.

Artigo 16.º

#### **Praias**

- 1. A frente de praias, identificada na planta de implantação, é constituída pelas praias do Castelo, Formosa e dos Franceses.
- 2. O ordenamento das praias referidas no número anterior faz-se de acordo com o estipulado no POOC e no respetivo plano da Zona Balnear, que faz parte dos elementos que acompanham este plano.
- 3. Na planta de implantação localizam-se os equipamentos de apoio à função balnear e náutica, de acordo com o plano da zona balnear, os quais devem observar as características funcionais e construtivas definidas no POOC.
- 4. A localização referida no número anterior pode ser alterada mediante justificação técnica conclusiva, decorrente dos respetivos projetos de execução, nomeadamente do reperfilamento do passeio marítimo e do cais de acostável, desde que o princípio geral definido no Plano não seja posto em causa.

# Artigo 17.º

#### Passeio marítimo

- 1. Nos termos do POOC, na Frente Marginal deve ser construída uma área de equipamentos de ante praia que pelas suas particularidades admita um uso recreativo mais intensivo de fruição da orla costeira.
- 2. O passeio marítimo, delimitado na planta de implantação, constitui o principal espaço público equipado da área de intervenção, que em articulação com as praias e as áreas de vocação recreativa, permite que se realizem um conjunto de atividades fundamentais para o desenvolvimento e para o aumento da capacidade de atração da Praia Formosa.
- 3. As intervenções no passeio marítimo devem garantir:
  - a) A articulação entre as funções e os equipamentos propostos para este espaço e para as praias e eventualmente as áreas de vocação recreativa;
  - b) A continuidade do sistema de circulação previsto para o Plano;
  - c) A manutenção de um uso multifuncional aliado a equipamentos de apoio ao recreio e ao turismo, de modo a acolher atividades diversas.
- 4. Na conceção do projeto de execução devem ser assegurados os seguintes equipamentos, entre outros:

- a) Espaço preparado para acolher a montagem de um palco para eventos culturais e espetáculos;
- b) Balneários públicos;
- c) Estabelecimento de restauração e bebidas;
- d) Esplanadas;
- e) Parque infantil.
- 5. As construções associadas aos equipamentos referidos no número anterior têm uma área de construção máxima de 200 m2 e 1 piso cada.

#### Artigo 18.º

### Áreas de vocação recreativa

- 1. As áreas de vocação recreativa correspondem a parcelas integradas na Frente Marítima, com especial apetência para a utilização recreativa e de lazer dada a sua situação privilegiada na baía da Praia Formosa.
- 2. Nos termos do regime instituído pelo POOC, nos edifícios habitacionais existentes só são admitidas obras de reconstrução, conservação e ampliação.
- 3. As obras de ampliação a que se refere o número anterior, são permitidas quando se trate de obras conducentes a suprirem insuficiências de instalações sanitárias e ou cozinhas e desde que as mesmas correspondam a um aumento total da área de construção igual ou inferior a 16 m2, sem contudo, implicar um aumento de altura do edifício.
- 4. É admitida a instalação das tipologias turísticas permitidas no âmbito do POOC em vigor, designadamente empreendimentos de turismo em espaço rural e de turismo de habitação.
- 5. Admite-se ainda a instalação de outras tipologias de empreendimentos turísticos, designadamente estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos, caso o POOC venha a ser alterado ou revisto em conformidade.
- 6. Os empreendimentos turísticos referidos no número anterior devem ser objeto de um projeto de intervenção integrada que garanta a sua adequação ambiental e paisagística, observando-se os parâmetros urbanísticos máximos seguintes:
  - a) Índice de utilização do solo de 0,5, independentemente da tipologia de empreendimento turístico;
  - b) Número de pisos: 2;
  - c) Altura máxima: 7,5 m.
- 7. Na área de vocação recreativa localizada entre os lotes 96 a 110 e o passeio marítimo, o índice de utilização referido no número anterior é majorado em 25% destinados a

equipamentos coletivos de acesso público inerentes à prática de atividades culturais, de recreio e de lazer ou desportivas.

- 8. Admite-se ainda a instalação equipamentos de apoio às atividades associadas e complementares ao uso balnear, desde que coexistam com os objetivos de proteção, dotando-as de infraestruturas mínimas de utilização, nomeadamente instalações sanitárias.
- 9. Os equipamentos referidos no número anterior, quando não seja possível reabilitar edificações existentes, devem ser objeto de um projeto de intervenção integrada que garanta a sua adequação ambiental e paisagística, podendo apresentar uma área de construção máxima de 200m² e um piso.

# Artigo 19.º

#### Parque de campismo

- 1. O Parque de Campismo deve ser objeto de intervenções de requalificação e valorização da área que garantam:
  - a) A constituição de uma cortina vegetal na envolvente da ETAR de forma a criar condições de integração desta infraestrutura;
  - b) A plantação de vegetação no interior do parque que permita criar condições de ensombramento;
  - c) A construção de caminhos pedonais no interior do parque que permita a diversificação de acessos aos diferentes equipamentos.
  - d) As espécies vegetais a utilizar cumprem as disposições dos números 5 e 6 do artigo 11°.
- 2. No Parque de Campismo são permitidas obras de conservação, reconstrução e ampliação nas seguintes condições:
  - a) Índice máximo de utilização do solo: 0,05;
  - b) Número máximo de pisos: 1;
  - c) Altura máxima: 5m.

#### **CAPÍTULO V**

# Áreas de Enquadramento

Artigo 20.°

#### Regime

Sem prejuízo das disposições consagradas no presente regulamento, nas áreas de enquadramento identificadas na planta de implantação aplicam-se os respetivos regimes regulamentares definidos no PDM associados às diferentes classes de espaço.

#### **CAPÍTULO VI**

# Áreas de habitação e usos complementares Artigo 21.º

#### Artigu ZT.

## Áreas de habitação e usos complementares

- 1. As áreas de habitação e usos complementares correspondem ao conjunto de parcelas privadas, edificadas ou disponíveis para edificação, que se destinam à habitação e outros usos complementares, conforme delimitação constante na planta de implantação.
- 2. A regulamentação da ocupação das parcelas varia em função da localização das mesmas e assenta na articulação entre os parâmetros regulamentares, a planta de implantação e o quadro de edificabilidade anexo.
- 3. O aproveitamento urbanístico da maior parte das parcelas não ocupadas está dependente de operações de transformação fundiária.

#### Artigo 22.º

#### Usos e ocupação dos lotes

- 1. Nos lotes identificados na planta de implantação como áreas de habitação e usos complementares, dá-se preferência à função habitacional sendo admitidas as funções alojamento turístico, comércio ou servicos nos termos dos números seguintes.
- 2. Para além da edificação, os lotes podem ser afetos a jardins, estacionamento particular e outras funções complementares à função dos edifícios existentes ou que venham a ser construídos.
- 3. No licenciamento das operações urbanísticas em lotes identificados como "lotes propostos" na planta de implantação são observadas as seguintes prescrições:
  - a) Ocupação máxima de 50% da área do lote com edificação, salvo nos casos específicos assinalados na tabela anexa em que se prevê uma ocupação inferior;
  - b) Impermeabilização máxima de 60% da área total do lote;

- c) Cobertura vegetal de 25% da área do lote;
- d) Modelação do terreno de acordo com o definido na planta de implantação e noutras peças desenhadas no Plano estando interditos cortes contínuos das encostas com mais de 2 metros de altura relativamente à modelação definida, bem como garantida a adequada drenagem das águas superficiais;
- e) Integração no interior da parcela de lugares de estacionamento na proporção de 1 lugar por cada 150m2 de área de construção destinada a habitação unifamiliar com o mínimo de 1 lugar por fogo;
- f) Integração da totalidade das rampas de acesso a caves para estacionamento no interior dos lotes;
- g) Ligação dos edifícios à totalidade das redes de abastecimento de água e saneamento existentes.
- 4. No caso do alojamento turístico admite-se o emparcelamento de lotes contíguos e a aplicação dos seguintes parâmetros urbanísticos específicos:
  - a) Índice de utilização do solo: 0,6, independentemente da tipologia do empreendimento turístico;
  - b) Número máximo de pisos: 2;
  - c) Altura máxima da edificação: 7,5 m;
  - d) Área mínima de cobertura vegetal: 30% da área total do lote;
  - e) Integração no interior da parcela de lugares de estacionamento na proporção de 1 lugar por cada 5 quartos em empreendimentos turísticos do tipo estabelecimentos hoteleiros e de 1 lugar por cada unidade de alojamento (apartamento ou moradia) nos empreendimentos de aldeamentos turísticos ou apartamentos turísticos.
- 5. No caso do lote 99 se destinar à instalação de equipamento de utilização coletiva ou empreendimento turístico aplicam-se os parâmetros urbanísticos definidos no número anterior.
- 6. As espécies vegetais a utilizar cumprem as disposições dos números 5 e 6 do artigo 11°.

Artigo 23.º

#### Usos dos edifícios

1. Os edifícios existentes podem, para além da função que têm à data de entrada em vigor do Plano, acolher as funções de alojamento turístico e/ou equipamento coletivo livremente, desde que cumpram as normas legais em vigor.

- 2. Os edifícios existentes podem, para além da função que têm à data de entrada em vigor do Plano, acolher funções comércio, serviços e indústria do tipo 3 desde que localizados nos lotes identificados no quadro de edificabilidade anexo.
- 3. Nos edifícios onde sejam admitidas as funções comércio/serviços, estas podem coexistir com a função habitacional no mesmo lote, desde que as primeiras se situem no piso térreo dos edifícios e tenham acessos independentes a partir da via pública.
- 4. Os edifícios existentes e previstos assinalados como equipamentos na planta de implantação não podem assumir outras funções.
- 5. Os edifícios habitacionais podem ser plurifamiliares, estando limitados a um máximo de 4 fogos por lote.
- 6. A reconversão dos edifícios existentes ou a construção de novos edifícios para alojamento turístico é sempre admitida nos termos da legislação vigente.

# Artigo 24.º

#### Edifícios existentes

- 1. Os edifícios existentes podem ser objeto de obras de conservação, de obras de reconstrução, de obras de ampliação e de demolição nos termos dos números seguintes.
- 2. Nas obras de reconstrução e ampliação, devem cumprir-se os mesmos parâmetros aplicáveis aos novos edifícios, definidos nos artigos seguintes, em tudo o que lhes for aplicável.
- 3. Constitui exceção ao número anterior, as situações em que as áreas de implantação ou de construção licenciadas sejam superiores às constantes da tabela anexa, considerando-se, nessas circunstâncias, as áreas licenciadas como as áreas limite à edificabilidade.
- 4. Na situação referida no número anterior, o cumprimento dos afastamentos mínimos é prioritário em relação à manutenção da área de implantação licenciada.

#### Artigo 25.°

#### Implantação dos edifícios

- 1. Na reconstrução e ampliação dos edifícios existentes e na construção dos novos edifícios são definidos parâmetros gerais, aplicáveis à totalidade dos lotes, e parâmetros específicos, aplicáveis a parte dos lotes, os quais encontram expressão na planta de implantação e no quadro de edificabilidade anexo.
- 2. Os parâmetros gerais são os seguintes:
  - a) Tipologia de edificação isolada, salvo nos lotes 81, 82 e 83 onde a tipologia é a edificação em banda;

- b) Profundidade máxima dos edifícios é de 15 m, salvo nas exceções previstas na tabela anexa;
- c) Afastamento mínimo ao limite do lote é 3 m, salvo nas exceções previstas na tabela anexa e representados na planta de implantação.
- d) A cota de soleira do edifício não deve apresentar uma diferença superior a 0,50m relativamente à cota de implantação do arruamento de acesso.
- 3. Os parâmetros específicos, que têm em conta o cumprimento dos parâmetros definidos no número anterior, são os seguintes:
  - a) Área de implantação máxima, valor que corresponde à área máxima de solo que o edifício pode ocupar e que se encontra identificado no quadro anexo;
  - b) Polígono de implantação máxima, que corresponde à área dentro da qual o edifício se pode livremente implantar e que se encontra identificado na planta de implantação;
  - c) Alinhamento obrigatório, que corresponde à frente de rua que a implantação do edifício deve respeitar e que se encontra identificado na planta de Implantação.
- 4. Sempre que não estiverem definidos polígonos de implantação máxima, a implantação dos novos edifícios deve adotar o sentido do declive representado na planta de implantação, isto é, orientar a sua maior fachada paralelamente às curvas de nível.
- 5. Na implantação de novos edifícios é obrigatório o desalinhamento dos edifícios em relação aos adjacentes de forma minimizar eventuais interferências com as panorâmicas que se podem desfrutar sobre o mar.
- 6. Nos termos do número anterior é estabelecida a regra de desalinhamento entre edifícios, sendo obrigatório o novo edifício localizar-se nos limites do polígono oposto ao edifício existente ou licenciado.
- 7. Na instalação de empreendimentos turísticos devem ser observadas as seguintes regras:
  - a) Devem ser garantidos afastamentos mínimos aos limites do lote de 3m;
  - b) Cada edifício não pode ter uma frente edificada superior a 20m;
  - c) A implantação dos novos edifícios deve assegurar a manutenção do sistema de vistas;
  - d) Os edifícios devem adotar formas que se adaptem à morfologia do terreno;
  - e) Devem ser garantidos afastamentos mínimos de 6m entre edifícios, podendo existir uma ligação subterrânea entre blocos;
  - f) A empena máxima é de 15m.
- 8. A ocupação dos lotes 8 a 10 e 136 a 139 fica dependente da apresentação ao nível do estudo prévio das melhores soluções arquitetónicas e construtivas a adotar, tendo em

consideração as características morfológicas do terreno e as regras referidas no Artigo 22º do presente regulamento, bem como as condições adequadas de drenagem.

9. A avaliação da viabilidade de construção nos lotes referidos no número anterior deve ser confirmada através da realização de campanhas de prospeção geotécnica que permita igualmente aferir a melhor solução construtiva a adotar.

Artigo 26.º

#### Volumetria dos edifícios

- 1. No quadro de edificabilidade em anexo são definidos os parâmetros gerais a serem observados em cada um dos lotes delimitados na planta de implantação, nomeadamente:
  - a) Área de construção máxima admitida;
  - b) Número máximo de pisos.
- 2. São exceção à alínea b) do número anterior as seguintes situações:
  - a) Situação A, identificada no quadro anexo, onde o segundo piso só é admitido quando esgotada a área de construção máxima definida para o primeiro piso;
  - b) Situação B, identificada no quadro anexo, onde o segundo piso é obrigatório quando o edifício ultrapasse a área de construção máxima definida para o primeiro piso.
- 3. Com exceção dos edifícios destinados a alojamento turístico, a altura máxima da edificação é de 6,5m.
- 4. Em terrenos declivosos, a altura das fachadas não pode exceder 7,5m e, em edifícios em consola, as fachadas não podem distar do solo mais de 1m, medido no alinhamento vertical do plano da fachada.
- 5. Por forma a assegurar uma melhor adaptação dos novos edifícios à topografia do terreno, admite-se:
  - a) O desnivelamento dos pisos, sendo que o desnível máximo em cada piso é de 1 metro entre cotas dos pavimentos interiores do mesmo piso, sendo a contabilização da profundidade do piso feita considerando a sua totalidade, ou seja, ignorando os desníveis;
  - b) A construção dos pisos desfasados nos edifícios que apresentem 2 pisos, sendo que a contabilização da profundidade é feita por cada piso salvo nos lotes identificados na tabela anexa.
- 6. Sempre que o lote apresenta uma inclinação no sentido descendente em relação à cota do arruamento de acesso, de acordo com a planta de implantação, nos novos edifícios o segundo piso deve desenvolver-se a uma cota inferior à deste arruamento, sempre que o declive previsto o permita ou que não envolva escavações com mais de 1 metro de altura face à modelação proposta.

7. São admitidos edifícios com pé-direito duplo nas situações em que se admite a construção de 2 pisos.

## Artigo 27.º

#### **Anexos**

- 1. Admite-se a construção de anexos com uma altura máxima de 1 piso e desvão inferior a 2,50 m.
- 2. Os anexos devem localizar-se na traseira do lote e em continuidade com as fachadas lateral e tardoz dos edifícios.
- 3. Os anexos não podem exceder 10% da área do lote nem 100m2 de área de construção.
- 4. A implantação dos anexos garante os afastamentos mínimos de 3 m aos limites laterais e frontais do lote, podendo ficar adjacentes a muros de suporte.
- 5. É interdita a utilização dos anexos para habitação, comércio, indústria ou outras atividades económicas, bem como para alojamento de animais.
- 6. Quando a construção de anexos for posterior à da edificação principal, o respetivo projeto deve apresentar alçados e planta do conjunto de forma a esclarecer a relação formal e funcional entre as duas construções.

### Artigo 28.º

#### Muros e vedações

- 1. Os muros e vedações cumprem o Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município.
- 2. Os muros de vedação na frente dos lotes devem conter um conjunto de equipamentos, designadamente a caixa de correio e as caixas dos contadores de água, de eletricidade e de gás, dimensionados de acordo com o regulamento do município e integrados no muro por forma a minimizar o seu impacto no mesmo.

#### Artigo 29.º

#### Materiais e cores

- 1. As edificações devem apresentar materiais e cores que favoreçam a sua integração no conjunto, prevalecendo a cor dos materiais naturais (madeira, pedra, barro) e sendo utilizadas como cores dominantes, nas paredes exteriores o branco, o ocre, o rosa, o bege e o castanho.
- 2. Podem ser utilizadas outras cores na pintura de caixilharias, molduras, socos e elementos de construção a destacar da cor dominante.
- 3. Nas obras de alteração e reconstrução de edificações tradicionais existentes são adotadas as tipologias e os materiais de construção e acabamento tradicionais, nomeadamente

fachadas brancas recortadas por cercaduras a cor vermelha "almagre", característica da freguesia, nos socos, cunhais e molduras dos vãos.

#### **CAPÍTULO VII**

#### Áreas de circulação e estacionamento

Artigo 30.°

#### Circulação

- 1. A circulação na área de intervenção do Plano está sujeita a condicionamentos distintos consoante o tipo de serviço prestado, sendo por isso subdividida nas seguintes subcategorias:
  - a) Vias de circulação automóvel;
  - b) Vias de circulação mista;
  - c) Áreas de circulação pedonal.
- 2. A execução das áreas de circulação fica sujeita ao desenho constante da planta de implantação, no que se refere ao traçado e modelação, e dos perfis transversais em anexo, que contemplam os valores mínimos de dimensionamento a considerar.
- 3. Todos os canais afetos à circulação pedonal devem ser dotados de meios que permitam a sua utilização por parte de utentes com mobilidade reduzida ou condicionada, no cumprimento da legislação em vigor.
- 4. A implantação de mobiliário urbano e de esplanadas nas vias de circulação pedonal e mista deve assegurar um corredor livre de barreiras arquitetónicas com 1,50m.
- 5. Os passeios não podem ser interrompidos pelas rampas de acesso às caves dos edifícios.

Artigo 31.º

#### Vias de circulação automóvel

- 1. As vias de circulação automóvel identificadas na planta de implantação correspondem às vias de acesso ao núcleo urbano e de atravessamento do mesmo.
- 2. As vias de circulação automóvel constituem arruamentos principalmente destinados à circulação automóvel embora dotados de condições para a circulação pedonal, sendo caracterizados pela segregação entre os dois tipos de circulação e pela distinção dos pavimentos e cotas das plataformas.
- 3. Estas vias integram os sentidos de trânsito, as passadeiras de peões e os lugares de estacionamento público ao longo da via identificados na planta de implantação.

# Artigo 32.°

#### Vias de circulação mista

- 1. As vias de circulação mista destinam-se ao acesso a espaços de recreio e lazer e de estacionamento, podendo ainda servir parcelas privadas.
- 2. Nas vias de circulação mista, a prioridade é conferida à circulação pedonal, sendo caracterizadas pela presença de um corredor destinado à circulação automóvel balizado e com perfil transversal contínuo relativamente à área pedonal.
- 3. A ligação entre as vias de circulação mista e as vias de circulação automóvel deve ser dotada de um lancil rampeado;
- 4. A via de circulação mista que corresponde à marginal deve ser dotada de sistemas que permitam o seu encerramento temporário à circulação automóvel.
- 5. Estas vias integram os sentidos de trânsito identificados na planta de implantação.

Artigo 33.º

# Áreas de circulação pedonal

- 1. As áreas de circulação pedonal constituem arruamentos exclusivamente afetos à circulação de peões e bicicletas.
- 2. Nas áreas de circulação pedonal é interdita a circulação automóvel, com exceção de veículos de emergência.

Artigo 34.º

#### Ciclovia

- 1. Na planta de implantação estão definidos os percursos cicláveis que devem ser sinalizados sobre troços das vias de circulação mista e pedonal.
- 2. O traçado da ciclovia deve ser respeitado nos sectores integrados nas vias de circulação e objeto de ajustamento nos sectores integrados em áreas verdes de enquadramento no âmbito do respetivo projeto de execução.
- 3. Nos troços em que a ciclovia coexiste com passeios ou faixas de circulação automóvel a identificação da continuação do seu traçado é sinalizada no pavimento ou por sinalização vertical.

#### Artigo 35.°

#### **Estacionamento**

O estacionamento público na área de intervenção é constituído por bolsas distribuídas ao longo dos arruamentos, conforme representados na planta de implantação que totalizam 295 lugares de estacionamento de veículos ligeiros e 2 lugares de estacionamento de veículos pesados.

#### **CAPÍTULO VIII**

### Execução do Plano Artigo 36.º

#### Unidades de Execução

- 1. O Plano propõe a delimitação das seguintes unidades de execução, de ora em diante designadas UE, conforme consta na planta de implantação:
  - a) Unidade de Execução 1 zona norte da área de intervenção;
  - b) Unidade de Execução 2 zona a nascente a área de intervenção.
- 2. A execução do Plano assenta na transformação fundiária das parcelas que integram o solo urbano da área de intervenção, que permitem as operações urbanísticas que suportam a organização espacial estabelecida no Plano.
- 3. A execução do Plano assenta, ainda, na concretização de um conjunto de intervenções descritas no Programa de Execução do Plano, as quais integram as obras de urbanização designadamente de construção de novos arruamentos e de infraestruturação e requalificação de arruamentos existentes.
- 4. As obras de construção de novos arruamentos e de infraestruturação de arruamentos existentes previstas no Programa de Execução do Plano são condição essencial para a concretização da edificabilidade prevista no Plano para os novos lotes confinantes com essas vias.

# Artigo 37.º

#### Sistemas de Execução

- 1. Os sistemas de execução do Plano variam conforme a responsabilidade das intervenções definidas no Programa de Execução do Plano.
- 2. A execução das intervenções que envolvem a construção de novos arruamentos é efetuada através do regime de compensação, sem prejuízo do eventual recurso aos sistemas de cooperação e de imposição administrativa nos termos da legislação aplicável.

- 3. As restantes intervenções previstas pelo Plano, designadamente as associadas a espaços públicos e requalificação de arruamentos existentes são da responsabilidade da administração regional e local.
- 4. No sistema de compensação a iniciativa de execução é dos particulares, que ficam obrigados a prestar ao município a compensação devida de acordo com as regras estabelecidas pelo Plano.
- 5. No sistema de cooperação, a iniciativa de execução pertence ao município em conjugação coordenada com os particulares interessados, atuando coordenadamente, de acordo com a programação estabelecida pela Câmara Municipal e nos termos do adequado instrumento contratual.
- 6. No sistema de imposição administrativa, a iniciativa de execução pertence ao município, que atua diretamente ou mediante concessão da urbanização.
- 7. Na execução das intervenções, são respeitados os critérios de repartição dos respetivos encargos entre a Câmara Municipal, o Governo Regional e os proprietários, estabelecidos no Programa de Execução do Plano.
- 8. A execução das intervenções que envolvam particulares envolvem a celebração de contratos onde são identificadas as parcelas envolvidas, os novos lotes, a sua distribuição pelos proprietários, os valores a pagar ou receber por cada interveniente na operação e o mecanismo de compensação previsto.
- 9. No caso de não existir acordo entre todos os proprietários envolvidos nas unidades de execução, um proprietário pode avançar com a operação urbanística desde que sejam asseguradas as infraestruturas e seja aplicado o regulamento municipal de taxas e cedências.

Artigo 38.º

#### Mecanismos de perequação compensatória

- 1. Para a concretização da perequação compensatória de benefícios e encargos decorrentes do Plano são considerados os seguintes mecanismos:
  - a) Índice médio de utilização;
  - b) Índice médio de cedência;
  - c) Repartição dos custos de urbanização.
- 2. O índice médio de utilização (IMU) é o quociente entre a edificabilidade total prevista nos novos lotes e a área de terreno das parcelas originais consideradas na perequação, conforme critérios estabelecidos no Programa de Execução do Plano.

- 3. O índice médio de cedência (IMC) é o quociente entre a soma das áreas de terreno dos novos lotes e a área de terreno das parcelas originais consideradas na perequação, conforme critérios estabelecidos no Programa de Execução do Plano.
- 4. Os valores de referência do IMU e IMC fixados para o solo urbano da área de intervenção são, respetivamente, de 0,25 e 0,28, sendo que a sua aplicação às parcelas originais consideradas na perequação se encontra descrita na Tabela de Perequação anexa, estabelecendo os referenciais abstratos de edificabilidade e de cedência que servem de base ao cálculo dos benefícios e encargos de cada proprietário.
- 5. A Planta de Transformação Fundiária apresenta a distribuição dos novos lotes em função dos referenciais de edificabilidade e de cedência referidos no número anterior.
- 6. Os diferenciais entre a edificabilidade e cedências abstratas e as que decorrem da distribuição dos novos lotes determinam a dimensão do benefício e encargo que decorrem do modelo de ocupação preconizado.
- 7. A repartição dos custos de urbanização pelos proprietários, nos termos do definido no Programa de Execução, é feita na proporção da área de construção máxima admitida no Plano.
- 8. A comparticipação referida no número anterior é considerada no balanço global da perequação para cada proprietário acrescendo aos diferenciais referidos no número 6, estando os respetivos valores identificados na Tabela de perequação e transformação fundiária anexa.
- 9. A Câmara Municipal opta pelo modelo de compensação que considerar mais adequado ao momento em que se verificar a iniciativa dos proprietários.
- 10. No âmbito do sistema de compensação, os proprietários podem renegociar entre si os valores definidos pela Tabela de perequação e transformação fundiária anexa e considerar a substituição das compensações pecuniárias por compensações em edificabilidade ou lotes, desde que essas alterações sejam vertidas no instrumento contratual.

#### CAPÍTULO IX

Disposições Finais Artigo 39.º

#### **Omissões**

Qualquer situação não prevista no presente Regulamento observa o disposto no PDM, POOC e na demais legislação aplicável.



## Artigo 40.º

## Entrada em Vigor e Revisão

O Plano entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Jornal Oficial*, podendo ser revisto por iniciativa da Câmara Municipal, permanecendo eficaz até à entrada em vigor da respetiva revisão ou alteração, conforme definido na legislação em vigor.

# Anexo 1 Quadro de edificabilidade

N° do lote	Área do lote (m²)	A. Construção máx a) (m²)	i. o. (%)	A. Implantação máx (m²)	A. máxima de impermeabilização (m²)	N° pisos	Alinhamento obrigatório	Profundidade máx (m)	Altura máxima da edificação (m)	Tipologia	Uso permitido	Características marienses
1	1110	400	40%	444,0	666,0	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
2	843,4	400	40%	337,4	506,0	2	Não	15	6,5	isolada	нет	
3	488,5	293,1	50%	244,3	293,1	2	Não	15	6,5	isolada	нет	
4	284	170,4	50%	142,0	170,4	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
5	411	246,6	50%	205,5	246,6	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
6	248,4	149	50%	124,2	149,0	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
7	573,9	344,3	50%	287,0	344,3	2	Não	15	6,5	isolada	нет	sim
8	1064,4	400	-	200	638,6	B - 150m²	Não	12	6,5	isolada	нет	-
9	1214,7	400	-	200	728,8	B - 150m²	Não	12	6,5	isolada	нет	
10	1598,7	400	-	200	959,2	B - 150m²	Não	12	6,5	isolada	HeT	
-11	192,9	115,7	50%	96,5	115,7	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
12	368,8	221,3	50%	147,5	221,3	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
13	538,9	323,3	-	200	323,3	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
14	574,3	344,6	50%	287,2	344,6	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
15	500,3	300,2	50%	250,2	300,2	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	-
16	394,4	236,6	-	200	236,6	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	-
17	371,3	222,8	50%	185,7	222,8	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
18	397,6	238,6	50%	198,8	238,6	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
19	627,1	376.3	50%	313,6	376,3	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
20	1935,8	400	40%	774,3	1161,5	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	-
21	951,3	400	40%	380,5	570,8	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
22	1259,6	500	40%	503,8	755,8	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
23	1073	500	40%	429,2	643,8	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
24	1212,5	500	40%	485,0	727,5	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
25	1734,9	400	40%	694,0	1040,9	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
26	920,3	400	40%	368,1 1011,	552,2	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
27	2528,5	400	40%	4	1517,1	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
28	2156,9	400	40%	862,8	1294,1	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
29	1913,8	400	40%	765,5	1148,3	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
30	427,1	256,3	50%	213,6	256,3	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
31	931,8	400	40%	372,7	559,1 471,9	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	-
32	786,5	400	50%	393,3			Não	15	6.5	isolada	HeT	-
33	527,1 236,3	316,3	50%	263,6	316,3	2 2	Não Não	15 15	6,5 6,5	isolada isolada	HeT	$\vdash$
35	161,7	141.8 97	50%	118,2 80,9	141,8 97,0	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
36	117.6	70.6	50%	58.8	70.6	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
37	369.2	221.5	50%	184,6	221.5	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
38	1223,8	400	40%	184,6 489,5	734.3	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
39	926,9	400	40%	370,8	556,1	2	Não	15	6.5	isolada	HeT	$\vdash$
40	873,8	400	40%	349,5	524,3	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$

Nº do lote	Area do lote (m²)	A. Construção máx a) (m²)	i. o. (%)	A. Implantação máx (m²)	A. máxima de impermeabilização (m²)	N° pisos	Alinhamento obrigatório	Profundidade máx (m)	Altura máxima da edificação (m)	Tipologia	Uso permitido	Características marienses
41	944	400	40%	472,0	566,4	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\Box$
42	559,9	400	50%	280,0	335,9	2	Não	15	6,5	Isolada	HeT	
43	688,2	400	50%	344,1	412,9	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
44	284,8	227,8	50%	142,4	170,9	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
45	405,3	324,2	50%	202,7	243,2	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	sim
46	760,7	400	50%	380,4	456,4	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
47	773	400	50%	386,5	463,8	2	Não	15	6,5	Isolada	HeT	
48	734,9	400	50%	367,5	440,9	2	Não	15	6,5	Isolada	HeT	
49	767,9	400	50%	384,0	460,7	2	Não	15	6,5	isolada	нет	$\vdash$
50	767,7	400	50%	383,9	460,6	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
51	762,4	400	50%	381,2	457,4	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
52	700,9	400	50%	350,5	420,5	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
53	2003,9	400	40%	801,6	1202,3	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
54	1441,9	400	40%	576,8	865,1	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	sim
55	224,4	179,5	50%	112,2	134,6	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
56	508,7	400	50%	254,4	305,2	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
57	1235,3	400	40%	494,1	741,2	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
58	600,3	400	50%	300,2	360,2	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	sim
59	1366,3	400	40%	546,5	819,8	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	sim
60	556,7	400	50%	278,4	334,0	2	Não	15	6,5	Isolada	HeT	$\vdash$
61	622,3	400	50%	311,2	373,4	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
62	894,1	400	40%	357,6	536,5	2	Não	15	6,5	Isolada	нет	$\vdash$
63	296,6	237,3	50%	148,3	178,0	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
64	278,9	223,1	50%	139,5	167,3	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	sim
65	396,9	317,5	50%	198,5	238,1	2	Não	15	6,5	Isolada	HeT	sim
66	1142,3	400	40%	456,9	685,4	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
67	339,5	271,6	50%	169,8	203,7	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
68	988,3	400	40%	395,3	593,0	2	Não	15	6,5	isolada	H+S/C/i+T	$\vdash$
69	1823,4	400	40%	729,4	1094,0	2	Não	15	6,5	isolada	H+S/C/i+T	sim
70	415,1	332,1	50%	207,6	249,1	2	Sim	15	6,5	isolada	H+S/C/i+T	$\vdash$
71	577,4	400	50%	288,7	346,4	2	Sim	15	6,5	isolada	H+S/C/i+T	$\vdash$
72	374	299,1	50%	187,0	224,4	2	Sim	15	6,5	isolada	HeT	$\vdash$
73	1084,3	400	40%	433,7	650,6	2	Sim	15	6,5	Isolada	нен	$\vdash$
74	447,7	358,2	50%	223,9	268,6	2	Sim	15	6,5	isolada	H+S/C/I+T	$\vdash$
75	545	400	50%	272,5	327,0	2	Sim	15	6,5	Isolada	H+S/C/I+T	$\vdash$
76	1574,9	400	40%	630,0	944,9	2	Sim	15	6,5	Isolada	H+S/C/I+T	$\vdash$
77	1736,3	400	40%	694,5	1041,8	2	Sim	15	6,5	isolada	H+S/C/i+T	$\vdash$
78	1076,4	400	40%	430,6	645,8	2	Não	15	6,5	Isolada	HeT	$\vdash$
79	185,1	148,1	50%	92,6	111,1	2	Sim	15	6,5	isolada	H+S/C/i+T	$\vdash$
80	903,6	400	40%	361,4	542,2	2	Sim	15	6,5	isolada	H+S/C/i+T	$\vdash$
81	647,4	400	-	200	388,4	B - 150m²	Sim	15	6,5	em banda	H+S/C/i+T	$\vdash$
82	546,3	400	-	200	327,8	B - 150m²	Sim	15	6,5	em banda	H+S/C/i+T	

N° do lote	Área do lote (m²)	A. Construção máx a) (m²)	i. o. (%)	A. Implantação máx (m²)	A. máxima de impermeabilização (m²)	N° pisos	Alinhamento obrigatório	Profundidade máx (m)	Altura máxima da edificação (m)	Tipologia	Uso permitido	Características marienses
83	541	400	-	200	324,6	B - 150m²	Sim	15	6,5	em banda	H+S/C/i+T	
84	451	360,8 b)	-	200	270,6	B - 150m²	Nāo	15	6,5	isolada	HeT	
85	397,7	318,2 b)		200	238,6	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
86	643	400	50%	321,5	385,8	2	Não	15	6,5	Isolada	HeT	
87	677,3	400	50%	338,7	406,4	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
88	584,5	400	50%	292,3	350,7	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
89	684,8	400	50%	342,4	410,9	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
90	549,9	398,4	50%	275,0	329,9	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
91	666,6	400	50%	333,3	400,0	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
92	401,5	321,2	50%	200,8	240,9	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
93	693,6	400	-	200	416,2	A - 200m <sup>a</sup>	Sim	15	6,5	isolada	H+S/C/i+T	
94	1574,3	400	-	200	944,6	A - 200m°	Não	15	6,5	isolada	HeT	
95	2412,4	400	-	200	1447,4	A - 200m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
96	2225,8	400 b)	-	200	1335,5	A - 200m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
97	1581,2	400	-	200	948,7	A - 200m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
98	940,5	400		200	564,3	A - 200m²	Sim	15	6,5	isolada	H+S/C/i+T	sim
99	4071,5	400		200	2442,9	A - 200m²	Não	15	6,5	isolada	H e T/Eq	
100	862,4	400	-	200	517,4	A - 200m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
101	799,6	400	-	200	479,8	A - 200m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
102	836,2	400	-	200	501,7	A - 200m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
103	1116,2	400	40%	446,5	669,7	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
104	2477,4	400	40%	991,0	1486,4	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
105	1754,6	400 b)	-	200	1052,8	B - 150m <sup>a</sup>	Não	15	6,5	isolada	HeT	
106	1756,6	400 b)	-	200	1054,0	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
107	1732,5	400 b)	-	200	1039,5	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	нет	
108	1614,8	400 b)		200	968,9	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
109	603,3	362		200	362,0	B - 150m²	Não	15	6,5	Isolada	HeT	
110	670,9	400		200	402,5	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
111	951,4	400	-	200	570,8	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
112	1012	400	-	200	607,2	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
113	876,3	400	-	200	525,8	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
114	691,3	400		200	414,8	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
115	669,6	400 b)		200	401,8	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
116	510	306	-	200	306,0	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
117	511,9	307,1	-	200	307,1	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
118	502,9	301,7	-	200	301,7	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
119	617,7	370,6	-	200	370,6	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
120	1201,6	400 b)	-	200	721,0	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
121	1083,4	400	-	200	650,0	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
122	947,7	400	-	200	568,6	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
123	778,9	400 b)	-	200	467,3	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
124	970,7	400		200	582,4	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	

		ि										
N° do lote	Área do lote (m²)	A. Construção máx e (m²)	i. o. (%)	A. Implantação máx (m²)	A. máxima de impermeabilização (m²)	N° pisos	Alinhamento obrigatório	Profundidade máx (m)	Altura máxima da edificação (m)	Tipología	Uso permitido	Características marienses
125	507,3	304,4	-	200	304,4	B - 150m²	Não	15	6,5	Isolada	HeT	
126	1005,5	400 b)	-	200	603,3	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	нет	
127	1126,2	400	-	200	675,7	B - 150m²	Não	15	6,5	Isolada	HeT	
128	1248,7	400	-	200	749,2	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	нет	
129	1416,7	400 b)	-	200	850,0	B - 150m²	Não	15	6,5	isolada	HeT	
130	880,8	400 b)	40%	352,3	528,5	2	Não	15	6,5	Isolada	нет	
131	941,1	400	40%	376,4	564,7	2	Não	15	6,5	isolada	нет	
132	809,3	400	40%	323,7	485,6	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
133	760	400	50%	380,0	456,0	2	Não	15	6,5	isolada	нет	
134	286,4	171,8	50%	143,2	171,8	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
135	729,1	400	50%	364,6	437,5	2	Não	15	6,5	Isolada	HeT	
136	1559	400	-	200	935,4	B - 150m²	Não	12	6,5	isolada	HeT	
137	2810,3	400 b)	-	200	1686,2	B - 150m²	Não	12	6,5	isolada	нет	
138	1400	400	-	200	840,0	B - 150m²	Não	12	6,5	isolada	нет	
139	1594,2	400 b)	-	200	956,5	B - 150m²	Não	12	6,5	isolada	HeT	
140	622,8	373,7 b)	-	200	373,7	B - 150m²	Não	12	6,5	isolada	нет	
141	683	400	-	200	409,8	B - 150m²	Não	12	6,5	isolada	HeT	
142	623	373,8	-	200	373,8	B - 150m²	Não	12	6,5	Isolada	HeT	
143	1067,4	400	-	200	640,4	B - 150m²	Não	12	6,5	isolada	HeT	
144	1111,8	400	-	200	667,1	B - 150m²	Não	12	6,5	isolada	HeT	
145	982,9	400 b)	-	200	589,7	B - 150m²	Não	12	6,5	isolada	HeT	
146	1586	400 b)	40%	200	951,6	2	Não	12	6,5	isolada	HeT	
147	425,8	340,6	50%	212,9	255,5	2	Não	15	6,5	Isolada	нет	
148	200,8	160,6	50%	100,4	120,5	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
149	247,4	197,9	50%	123,7	148,4	2	Não	15	6,5	Isolada	HeT	$\perp$
150	180,9	144,7	50%	90,5	108,5	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	
151	242,2	193,8	50%	121,1	145,3	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\sqcup$
152	191,4	153,1	50%	95,7	114,8	2	Não	15	6,5	Isolada	HeT	$\sqcup$
153	381,3	305	50%	190,7	228,8	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	Щ
154	342,1	273,7	50%	171,1	205,3	2	Não	15	6,5	Isolada	нет	
155	306,6	245,3	50%	153,3	184,0	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\perp$
156	1256,4	400	40%	502,6	753,8	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	$\perp$
157	1207,6	400	40%	483,0	724,6	2	Não	15	6,5	Isolada	нет	$\sqcup$
158	493,1	394,5	50%	246,6	295,9	2	Não	15	6,5	isolada	HeT	Щ
TOTAL	140927,6	56183,7		45774	84556,56	u indústria tipo 3						

As áreas apresentadas resultam das medições efetuadas na cartografia do Plano, etaborada à escala 1:2000, pelo que na realização das operações urbanisticas as mesmas deverão ser afendas nos respetivos levantamentos topográficos, nos termos da legislação em vigor.

As áreas apresentadas nos documentos do plano serviram exclusivamente para aplicar no exercício de perequação, pelo que não têm características de registo cadastral.

Anexo II\_Tabela de perequação e transformação fundiária

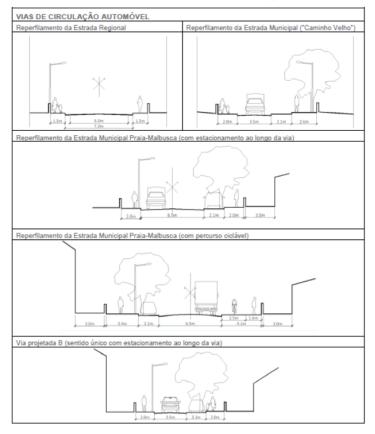
		EAGOS DE SASE											CALCULO	10				
-	- 1		W	٧	VI	WII	YIII	ΙX	x	ΧI	338	XIII	XIV	χv	xvi	XVII	XVII	XIX
N° de Parcela inicial	Codigo do matrie predial	Nome(s) do(s) proprietārio(s)	Dimensão da parcelo inicial (m2)	Din. parcels inicial en solo urbaro [m2]	DAC (V x INU) [N2]	Identificação dos lotas do Plano	Amades lotes eaves	DCC [Zwi	bcc-bAc m2	DCC - DAC 图	GA (V×MC) (m2)	00 (WAR) [m2]	CA-OD [m2]	CA-CC (4)	Belanço 1 (X + 30 V)	Unidade de Execução	[a] opioside opioside opioside	Balango final (XVP-XVII)
10		Herdelros de Ana Guilhermina Moura	2100	590	140,0	2	525	293	143,1	21.470,00	167	55	102	3.081,00	24.532,00		-	24.532,00
11	1342/R	José Sousa Fortes	780	338	85.9	4	312	170	84.1	12.622.00	80	20	70	2.091.00	14.713.00		-	14.713.00
16		Gerónimo Chaves	4839	2024	742,7	22	1095	1000	257,3	38.603,00	828	710	109	3.260,00	41.859,00		-	41.859,00
21	4145/R	Angelo Chaues Braga	1689	1231	312,7	24	1237	500	187,3	28.098,00	349	-8	355	10.698,00	38.734,00		-	38.734,00
32	4317/R	Manuel Chaves Melo e Noâmia Maria C. M. Herriques	2687	2687	682,5	25 26	1738 020	1200	117,5	17.623,00	781	32	729	21.863,00	39.493,00		-	39.488,00
36	266/R • 260/R	Herdeiros de José Medeiros Melo	4048	2174	662,2	39	1224 927	800	247,8	37.100,00	616	29	698	17.776,00	64,044,00		-	54.044,00
41	4318/R	José Coelho Cabral e Eduardo Coelho Cabral	2008	2008	549.7	27	2529	400	-249,7	-37.462.00	T24	29	595	20.887,00	-16.605.00		-	-16.605.00
48	286/U	Maria José de Sousa Nunes	4143	4143	1052,3	28	2157	400	-012,3	-07.852,00	1173	1085	-813	-24.300,00	-122.242,00		-	-122.242,00
54		Francisco Chaves Moura	586	588	143,8	75	549	400	258,2	38.435,00	180	17	143	4.298,00	42.732,00		-	42.732,00
60	111/R	José de Sousa Braga	2524	2524	541.1	70	415	332	-309.1	-46.307.00	715	2109	-1394	41.832.00	-88.108.00		-	-88.198.00
66	3682/R	Herdeiros de Mansel de Gousa Jr.	674	674	145,8	51	762	400	264,2	98,190,00	183	-188	361	10.516,00	48.848,00	UE1	19.333,00	67.070,00
47	3705/R	Fernando Chaves Braga	630	630	100,0	49	769	400	240.0	35,690,00	178	-138	315	9.491.00	45.488.00	UE1	19.333.00	04.821.00
68		Antônio Bairos	1141	421	100,9	50	768	400	203,1	43.900,00	119	-347	400	13.986,00	57.945,00	UE1	19.333,00	77.278,00
69	319R	Herdelitos de José Sousa Jr.	1003	1008	286,0	12	701	400	144.0	21.894.00	285	307	-22	-648.00	20.946.00		-	20.845.00
						46	701									UE1	19.333,00	
79	176R; SIU	Francisco Chaves Moura	18435	3834	923,1	47	773	1200	276,9	41.541,00	1029	1985	-338	-10.033,00	31.458,00	UE1	19.333,00	89.457,00
						48	735									UE1	19.333.00	
36	456/U	Violante Bettencourt Medeiros Pereira	825	325	82,6	63	207	237	154,4	23.107,00	62	28	64	1.921,00	25.088,00		-	25.088,00
33	636/U	Herdeiros de José de Sousa	1100	1100	279,4	68	983	400	120.6	18.089.00	311	112	199	5.883.00	24.072.00		-	24.072.00

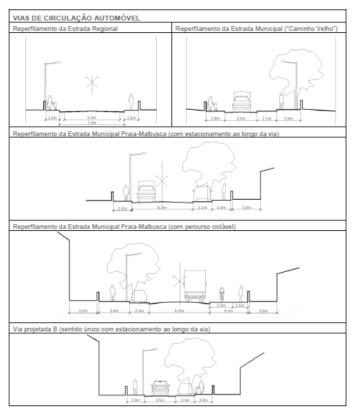
		DADOS DE BASE											eAccoun	28				
- 1	II .		N.	٧	VI	VIII	VIII	IX	×	XI	XI	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX
N. da Parcela inicial	Codigo da matriz predial	Nome(s) do(s) proprietário(s)	Dimensio de parcela Inicial [m2]	Oles, parcela inicial en solo urbano [m2]	DMC (V×MU) [m2]	identificação dos lotes do Plano	Ama dos lotos novos [m2]	[m]	DOC - DAC [m2]	lal ova-coa	CA (Y'x MC) [m2]	(ma)	CA-CC [m2]	CA-CC [6]	Salango 1 (X + XIV)	Unidade de Esscução	Encargos de unternisação [6]	Balango final (XVI+XXVIII) [6]
						81	547										3.339.00	
101	112R	Maria Zenália da Sousa Rego e Antônio do Rego e mulher	20176	5602	1422,0	82	540	1200	-222,0	-33.441,00	1580	3806	-2282	-08.457,0D	-101.899,00		3.339,00	-91.882,00
						83	541	1									3.330,00	
102	112R	Alvaro Gousa Teodoro	984	984	244,9	80	984	400	155,1	23.271,00	273	60	213	6.388,00	29.659,00		3.339,00	52,998,00
103	19/0	Maria Zenália de Sousa Rego (Lessing)	451	451	114.0	79	185	148	33.4	5.010.00	128	200	-138	-4.149.00	967,00		1.235,00	2.102.00
						83	894										3.339,00	
104	603IU e 7IR	António Moura Chaves	3755	3755	953,8	94	1574	1200	246,2	36,931,00	1003	540	517	15.514,00	52.440,00		3.339,00	69.123,00
						98	941	1										
105	nR.	Herdeiros de José Farrapelha	4280	4295	1088,7	99	4072	400	-088,7	-103.300,00	1213	214	900	20.085,00	-73,316,00			-73.310,00
115	202R	Francisco Chaves Moura	202/R	8008	780,9	95	2412	400	-380,0	-58.037,00	877	080	191	5.784,00	-02.803,00		3.339,00	-48.004,00
116	20018	Francisco Chaves Moura	203/R	4632	1178.6	96	2220	800	-378.8	-58.483.00	1311	825	488	14.594.00	-41.890.00		3.330,00	-35 212 00
""	20374	Prancisco Unaves Moura	20300	4632	1116,0	97	1581	800	*370,0	-30463,00	1311	8423	*00	14.594,00	-41.090,00		3.330,00	-30.212,00
						100	862										26 000,00	
120	598/U	Constantino Fernandes Cerqueira	4921	4021	1260.0	101	800	1200	-50.0	-7.495.00	1303	2423	-1030	-30.892.00	-38.386.00		26 000.00	39.514,00
						102	838	1									28 000,00	
123	4281/R	3/8 Celeste Fraga e 5/8 SetupMar	5392	2399	509,4	105	1755	400	-209.4	-31.404.00	679	544	35	1.057.00	-30.347.00		3.339,00	-27.008.00
124		Natikia Casim Moniz Botelho	3515	3463	880.9	106	1757	800	-80.9	-12.134.00	982	-21	1083	30.087.00	17.953.00		2.239,00	24.831,00
124		Natata Castm Moniz Botelho	3515	3465	880,9	107	1732	800	-80,9	-12.134,00	982	-21	1003	30.087,00	17.953,00		3.330,00	
125	120R; 491AJ	CMVP e Herdeiros de Ambrio Coelho	3853	1235	314.0	108	1017	400	80.0	12.907.00	350	-381	731	21.928.00	34.830.00		3.339,00	38.175,00
						105	803									UE2	23 142,00	
						110	071	]								UE2	25.571,00	
126	431475	Francisco Chares Moura	5392	5330	1353,9	111	951	1962	601,1	91.222,00	1509	1217	292	8.762,00	99.964,00		3.339,00	150,946,00
						112	1012										3.339,00	
						113	876									UEZ	25.571.00	
128	500/U; 412/U	SMITH-Hotel dos Melos e Lavandaria José Medeiros Melo	6034	2032	510,1	114	091	800	283,9	42.579,00	675	671	-90	-2.870,00	39.708,00	UE2	25.571,00	60.850,00

		DAD OR OF BASE											chem	16				
- 1	II .	iii	IV	٧	VI	VII	VIII	DX.	X	XI	XII	XII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX
N° de Parcela inicial	Codigo da matriz predial	Nome(s) do(s) proprietário(s)	Dimensio de parcela hicial [m2]	Ofm, parcelo inicial om solo urbano [m2]	DAG (V x MU) [m2]	Identificação dos lotes do Plano	Area des lotes noves [m2]	ODG (Full	DOC - DMC [112]	Bi ove – poe	CA (Vx IMC) [n2]	(Image (Image))	CAGG [m2]	ы ээ-чэ	Balanço 1 (X + XIV)	Unidade de Execução	Encargos de urbanização [4]	Balango final (XVI 4XVIII) [8]
						115	670									UE2	25.571.00	
133	180.R	Francisco Chauss Moura	2010	2010	510.6	120	1202	800	280.4	43.417.00	500	.275	R44	25.323.00	08.740.00		4.305,00	77.850.00
122	180.8	Francisco Unaves Moura	2010	2010	010.0	121	1083	800	299.4	45.417.00	509	-276	844	20.828300	68,740,00		4.305.00	77.860.00
134	177/R	Noù Albano da Costa Soures Ferreira de	2453	2403	625.6	128	1249	800	174.4	20.157.00	697	-203	900	27.010.00	53,108.00	UE2	25 571,00 €	104.310.00
		Mendonga				129	1417		1340	20.101,20				27.27.2,22	V3. 130,20	UE2	25.571,00 €	101310,10
138	7175	Antônio Moura Chaves	3991	2405	610,9	122	945	400	-210,9	-31.633,00	681	1457	-776	-23.282,00	-54.915,00		4.305 €	-50.610,00
140	178.R	Jacinto Tavares, Vidálio e Mário Jorgo Moura	3237	2155	547,4	127	1126	800	252.0	37.893.00	610	148	402	13.864,00	51,757,00	UE2	25.571.00 €	102,899.00
						130	221									UE2	25.571,00 €	
						123	779										4.305,00 €	
141	178R	Henteiros de Ana Gullhermina Moura	4043	3408	855.7	126	1006	1200	334.3	50.152.00	965	582	283	8.487.00	58.638.00	UE2	25.571,00 €	114.085.00
						131	941									UE2	25.571,00 €	
						124	971	ļ									4.006,00 €	
162	180.R	Celeste Moura Chaves Bettencourt	5186	3000	938.8	125	507	1508	505.2	84.779.00	1046	849	307	11.023.00	95.702.00		3.272,00 €	155.421.00
						132	800									UE2	25.571,00 €	
				-		133	780	_								UE2	25.571,00 €	
158	R	Manuel Sousa Figueiredo	295	296	75.2	134	286	172	95.8	14.822.00	84	10	74	2.214.00	16,736,00		1.881 €	18.587.00
133	519.0	Manuel Sousa Figureiredo	752	752	191,0	135	729	400	209,0	31.348,00	213	23	190	5.697,00	37.045,00		4.305 €	41.350,00
100		Francisco Chaves Moura	3108	3108	780.5	136	1550	400	-380.5	-58.418.00	880	1540	-600	-20.071.00	-78,489,00		4.305 €	-74.184.00
161		Geleste Moura Bettercourt: Domingos Barbosa	5504	5445	1383.1	137	2810	400	-883.1	-147.459,00	1542	2635	-1093	-32.801.00	-180.260.00		4.385 €	-175.855.00
162	131/R 2699E-	Francisco Carlos Lisboa e Isadora Rocha	1227	1227	311,7	138	1400	400	88,3	18.250,00	347	-173	520	15.612,00	28.802,00		4.305 €	33.167,00
168	4310R	Francisco Chaves Moura	5364	5354	1362.5	139	1594	400	-852.5	-144.373.00	1519	3770	-2251	-57.539.00	-211.912.00		4.305.00	-207.607.00
172	172 4314/R Fr	Francisco Chaves Moura	2040	2040	518.2	144	1112	800	281.8	42.274.00	578	-55	633	18.877.00	01.252.00		3.330,00 €	07.930.00
	4314IR Francisco unaves moura					145	083										3.330,00 €	

		BADOS DE BASE											CALCUU	04				
- 1		II II	IV	ν	VI.	VII	VIII	EX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX
N° da Parcela inicial	Código do matriz predial	Nome(s) do(s) proprietărio(s)	Dimensão de parcela Bricial (m2)	Dim. parceta inicial on solo urbano [m2]	DAC (V x IUU) [m2]	Identificação dos lotas do Plano	Ana-des lotes novos [m2]	[[m]]	Dec-DAC  =2	DEC-DAC(6)	CA (V×IMC) [m2]	OC (V-MI) [m2]	CA-CC [mg]	D) oo-vo	Balanco 1 (X + X/V)	Unidade de Execução	Encargos de urbanização (Q	Metango final (XV) (XVII)
173	189/R	José Bairos Batista	4366	4366	1109.0	143	1067	400	-709.0	-106.349.00	1236	3299	-2053	-61.886.00	-158.234.00		3.339.00	-154.895.00
TOTAL				100334	27516		77663	27518			30473	30673					633,500,00	633,500,00

#### Anexo III - Perfis transversais das áreas de circulação e estacionamento

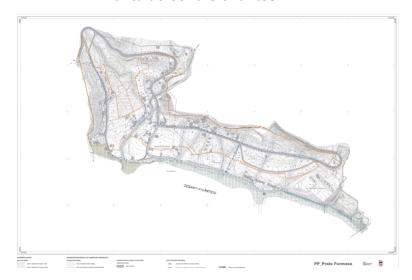




## Planta de implantação PPPF



#### Planta de condicionantes PPPF



## MUNICÍPIO DE VILA DO PORTO Regulamento n.º 14/2015 de 19 de Outubro de 2015

## PLANO DE PORMENOR DA ZONA BALNEAR DOS ANJOS

Carlos Henrique Lopes Rodriques, Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto:

Torna público que, sob proposta da Câmara Municipal de Vila do Porto aprovada na reunião pública de 31 de agosto de 2015, a Assembleia Municipal de Vila do Porto, na 4.ª sessão ordinária de 28 de setembro de 2015, aprovou, por maioria, o Plano de Pormenor da Zona Balnear dos Anjos, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 93.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Acores.

Assim, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 94.º e artigo 179.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, para efeitos de eficácia, publica-se em anexo a este aviso, a certidão da deliberação da Assembleia Municipal, o regulamento, a planta de implantação e a planta de condicionantes do referido Plano de Pormenor.

7 de outubro de 2015. - O Presidente da Câmara, Carlos Henrique Lopes Rodriques.

### **DELIBERAÇÃO**

Ricardo Pedro Amaral de Carvalho e Sousa, 1.º Secretário da Assembleia Municipal de Vila do Porto:

Certifica que, na quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila do Porto, realizada a vinte e oito de setembro de dois mil de quinze, foi aprovada em minuta para eficácia imediata, de entre todas, a seguinte deliberação:

"Ponto n.º 3) Versão final da proposta do Plano de Pormenor da Zona Balnear dos Anjos;

Deliberação: Foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD e contra do PS e CDU."

E por ser verdade passo a presente certidão, que assino e autentico com o selo branco em uso neste Município.

7 de outubro de 2015. - O 1.º Secretário da Assembleia Municipal, *Ricardo Pedro Amaral de Carvalho e Sousa*.

## REGULAMENTO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA BALNEAR DOS ANJOS CAPÍTULO I

## Disposições gerais Artigo 1.º

#### Natureza e Âmbito Territorial

- 1. O Plano de Pormenor da Zona Balnear dos Anjos, adiante designado por Plano, tem por objeto a definição da ocupação e o estabelecimento das prescrições regulamentares que regem a gestão urbanística na sua área de intervenção delimitada na planta de implantação.
- 2. A área de intervenção do Plano localiza-se no município de Vila do Porto, na freguesia com o mesmo nome, junto ao litoral, numa zona privilegiada quer do ponto de vista ambiental, quer paisagístico, abrangendo o núcleo urbano dos Anjos e a respetiva zona balnear.
- 3. O Plano é um instrumento de natureza regulamentar e as suas disposições vinculam as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, os particulares.

Artigo 2.º

## **Objetivos**

- 1. O Plano visa criar as condições necessárias ao desenvolvimento do núcleo urbano dos Anjos de forma harmónica e sustentável, integrando e reforçando as dimensões sociais, económicas e ambientais que traduzem a autenticidade deste território.
- 2. Constituem objetivos do Plano:

- a) Promover a requalificação do núcleo urbano, resolvendo problemas de degradação e integração dos elementos dissonantes e criando novas área para habitação e outros usos complementares, através de regras urbanísticas que permitam uma transformação harmónica evolutiva adequada do conjunto;
- b) Qualificar os espaços públicos e melhorar as infraestruturas urbanísticas, através de intervenções que mantenham o carácter do núcleo urbano e garantam a integração formal e funcional e a fruição das diferentes áreas do núcleo urbano, bem como a minimização das situações de risco;
- c) Apoiar as iniciativas associativas e culturais existentes, criando espaços coletivos que contribuam para a afirmação simbólica da Baía dos Anjos, através do seu reforço e da sua articulação entre os vários espaços em presença.

Artigo 3.°

#### Conteúdo Documental

- 1. O Plano é constituído pelos seguintes elementos:
  - a) Regulamento;
  - b) Planta de implantação, à escala 1:1.000;
  - c) Planta de condicionantes, à escala 1:1.000.
- 2. O Plano é acompanhado pelos seguintes elementos:
  - a) Relatório, contendo a fundamentação técnica das soluções propostas no plano, suportada na identificação e caracterização objetiva dos recursos territoriais da sua área de intervenção e na avaliação das condições económicas, sociais, culturais e ambientais para a sua execução;
  - b) Peças escritas e desenhadas que suportem as operações de transformação fundiária previstas, nomeadamente a planta de modelação, bem como todos os elementos complementares previstos na legislação;
  - c) Programa de Execução e Plano de Financiamento;
  - d) Relatório de Ponderação da Discussão Pública.

Artigo 4.°

#### Relação com outros Instrumentos de Gestão Territorial

O presente Plano está em conformidade com os seguintes instrumentos de gestão territorial:

a) Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);

- b) Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Autónoma dos Açores (PROTA);
- c) Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA);
- d) Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de Santa Maria (POOC);
- e) Plano Diretor Municipal de Vila do Porto (PDM);
- f) Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA).

Artigo 5.º

## **Definições**

Para efeitos do presente regulamento são adotadas as definições estabelecidas no diploma específico que regulamenta nesta matéria o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, bem como os conceitos e definições que constam do regulamento do PDM.

#### CAPÍTULO II

### Servidões e Restrições de Utilidade Pública

Artigo 6.º

## Regime

- 1. No território abrangido pelo Plano são observadas as disposições legais e regulamentares referentes a servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor, nomeadamente as decorrentes dos seguintes regimes jurídicos:
  - a) Recursos hídricos, que integram os leitos e margens dos cursos de água e as margens das águas do mar;
  - b) Áreas de reserva e de proteção dos solos e da biodiversidade, que correspondem à Reserva Ecológica;
  - c) Património edificado, que corresponde à Ermida de Nossa Senhora dos Anjos, classificada como Imóvel de Interesse Público:
  - d) Infraestruturas básicas, que integram a rede de abastecimento de água (adutoras), a rede de drenagem de águas residuais e pluviais e a rede elétrica de baixa tensão (6kv);
  - e) Infraestruturas de transporte e comunicação, que integram as estradas regionais, as estradas municipais e, ainda, a antena de transmissão e os faróis de sinalização.
- 2. Nas áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública, independentemente de estarem ou não graficamente identificadas na planta de condicionantes, a disciplina de uso, ocupação e transformação do solo é condicionada à observância dos respetivos regimes jurídicos.

#### **CAPÍTULO III**

## Uso do Solo e Conceção do Espaço Artigo 7.º

#### Qualificação do Solo

- 1. O solo que integra a área de intervenção do Plano é classificado no PDM, em coerência com o regime estabelecido pelo POOC, como solo rural e solo urbano respetivamente nas seguintes categorias e subcategorias de espaço:
  - a) Espaços florestais, espaços naturais e culturais e espaços de equipamentos, que agrega a área balnear e que, em conjunto com a via marginal, constituem a frente marítima dos Anjos;
  - b) Espaços urbanos consolidados, espaços urbanos a consolidar e espaços verdes.
- 2. O Plano assume a classificação do solo definida no PDM e procede à reorganização e desagregação das categorias de uso do solo referidas no número anterior, por forma a adequar a qualificação do solo ao modelo de organização espacial preconizado, tendo em consideração a área de projeto definida no âmbito do POOC.
- 3. O Plano assume a área de projeto integrada no presente plano de pormenor de acordo com a definição contemplada no POOC e no PDM.
- 4. Para efeitos de aplicação deste Plano definem-se as seguintes áreas funcionais:
  - a) Em solo rural, as áreas de enquadramento, constituídas pela orla costeira e envolvente natural;
  - b) Em solo urbano, as áreas de habitação e usos complementares.
- 5. Nas áreas de habitação e usos complementares referidas no número anterior integradas na Zona A do POOC, o regime definido pelo presente regulamento fica condicionado à alteração ou revisão do POOC em conformidade.
- 6. Complementarmente ao zonamento referido no número 4, na planta de implantação são, ainda, identificados os espaços públicos que integram as áreas de circulação, de estacionamento, e as áreas verdes, bem como outros equipamentos.

#### Artigo 8.º

#### Condição geral de edificabilidade

Sem prejuízo do cumprimento da legislação aplicável, é condição imperativa de edificabilidade, seja qual for o tipo de utilização do edifício, a existência prévia de infraestruturas de acesso público, de abastecimento de água, de saneamento e de eletricidade.

## Artigo 9.º

#### **Demolições**

- 1. As construções identificadas na planta de implantação como a demolir destinam-se a assegurar a construção das infraestruturas e dos espaços de utilização coletiva previstos no Plano.
- 2. Não são permitidas obras de beneficiação ou ampliação das construções a demolir.

## Artigo 10.º

## Modelação do terreno

- 1. A implantação das infraestruturas viárias, dos espaços verdes e das construções deve adaptar-se à topografia do terreno existente, limitando-se as escavações e aterros ao mínimo necessários à execução das obras de urbanização e à implantação dos edifícios.
- 2. A configuração dos arruamentos e dos outros espaços públicos devem ter como referência a modelação de terreno e desenho de espaço público apresentados na planta de implantação, podendo ser pontualmente alterados, mediante justificação técnica conclusiva, decorrente dos respetivos projetos de execução, desde que o princípio geral definido no Plano não seja posto em causa.

## Artigo 11.º

#### Classificação acústica

- 1. Para efeitos da aplicação do Regulamento Geral do Ruído, toda a área de intervenção integrada em solo urbano é classificada como zona sensível, ficando as operações urbanísticas sujeitas ao regime estabelecido na legislação em vigor.
- 2. Na restante área de intervenção, classificada como solo rural, e independentemente da categoria e subcategoria de espaço abrangida, não é atribuída qualquer classificação acústica.
- 3. As zonas sensíveis não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador *Lden*, e superior a 45 dB(A), expresso pelo indicador *Ln*.
- 4. Os recetores sensíveis isolados não integrados em zonas classificadas, por estarem localizados fora do perímetro urbano, são equiparados, em função dos usos existentes ou na sua envolvente, a zonas sensíveis ou mistas para efeitos de aplicação dos respetivos valores limite de exposição ao ruído.



#### **CAPÍTULO IV**

## Áreas de Enquadramento

Artigo 12.º

#### Regime

Sem prejuízo das disposições consagradas no presente regulamento, nas áreas de enquadramento identificadas na planta de implantação aplicam-se os respetivos regimes regulamentares definidos no PDM associados às diferentes classes de espaço.

#### **CAPÍTULO V**

## Áreas de Habitação e Usos Complementares Artigo 13.º

#### Aitigo 15.

## Áreas de habitação e usos complementares

- 1. As áreas de habitação e usos complementares correspondem ao conjunto de parcelas privadas, edificadas ou disponíveis para edificação, que se destinam à habitação e outros usos complementares, conforme delimitação constante na planta de implantação.
- 2. A regulamentação da ocupação das parcelas varia em função da localização das mesmas e assenta na articulação entre os parâmetros regulamentares, a planta de condicionantes, a planta de implantação e o quadro de edificabilidade anexo.
- 3. O aproveitamento urbanístico da maior parte das parcelas não ocupadas está dependente de operações de transformação fundiária.

## Artigo 14.º

#### Usos e ocupação dos lotes

- 1. Nas parcelas identificadas na planta de implantação como áreas de habitação e usos complementares, dá-se preferência à função habitacional sendo admitidas as funções alojamento turístico, comércio ou serviços nos termos dos artigos seguintes.
- 2. Para além da edificação, as parcelas podem ser afetas a jardins, estacionamento particular e outras funções complementares à função dos edifícios existentes ou que venham a ser construídos.
- 3. No licenciamento das operações urbanísticas em parcelas identificadas como "lotes propostos" na planta de implantação são observadas as seguintes prescrições:
  - a) Ocupação máxima de 50% da área do lote com edificação, salvo nos casos específicos assinalados na tabela anexa;

- b) Impermeabilização máxima de 60% da área total do lote;
- c) Cobertura vegetal de 25% da área do lote;
- d) Modelação do terreno de acordo com o definido na planta de implantação e noutras peças desenhadas no Plano estando interditos cortes contínuos das encostas com mais de 1 metro de altura relativamente à modelação definida:
- e) Integração no interior da parcela de lugares de estacionamento na proporção de 1 lugar por cada 150m2 de área de construção destinada a habitação unifamiliar com o mínimo de 1 lugar por fogo;
- f) Integração da totalidade das rampas de acesso a caves para estacionamento no interior dos lotes:
- g) Ligação dos edifícios à totalidade das redes de abastecimento de água e saneamento existentes.
- 4. No caso do alojamento turístico admite-se o emparcelamento de lotes contíguos, obedecendo aos parâmetros urbanísticos seguintes:
  - a) Índice de utilização do solo: 0,6, independentemente da tipologia de empreendimento;
  - b) Número máximo de pisos: 2;
  - c) Altura máxima da edificação: 7,5 m;
  - d) Área mínima de cobertura vegetal: 30% da área total do lote;
  - e) Integração no interior do lote de lugares de estacionamento na proporção de 1 lugar por cada 5 quartos em empreendimentos turísticos do tipo estabelecimentos hoteleiros e de 1 lugar por cada unidade de alojamento (moradia ou apartamento) nos aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.
- 5. As espécies vegetais a utilizar cumprem as disposições dos números 4 e 5 do artigo 31.º.

Artigo 15.º

#### Usos dos edifícios

- 1. Os edifícios existentes podem, para além da função que têm à data de entrada em vigor do plano, acolher as funções de alojamento turístico e/ou equipamento coletivo livremente, desde que cumpram as normas legais em vigor.
- 2. Os edifícios existentes podem ainda, para além da função que têm à data de entrada em vigor do Plano, acolher funções de comércio, serviços e indústria do tipo 3, desde que compatíveis com a função residencial, nos termos da legislação em vigor.

- 3. Nos edifícios onde sejam admitidas as funções comércio/serviços, estas podem coexistir com a função habitacional no mesmo lote, desde que as primeiras se situem no piso térreo dos edifícios e tenham acessos independentes a partir da via pública.
- 4. Os edifícios existentes e previstos assinalados como equipamentos na planta de implantação não podem assumir outras funções.
- 5. Os edifícios habitacionais podem ser plurifamiliares, estando limitados a um máximo de 4 fogos por lote.
- 6. A reconversão dos edifícios existentes ou a construção de novos edifícios para alojamento turístico é sempre admitida nos termos da legislação vigente.
- 7. A instalação de estabelecimentos hoteleiros e aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos deve ainda ser objeto de um projeto de intervenção integrada que garanta a sua adequação ambiental e paisagística.

## Artigo 16.º

#### Edifícios existentes

- 1. Os edifícios existentes podem ser objeto de obras de conservação, de obras de reconstrução, de obras de ampliação e de demolição nos termos dos números seguintes.
- 2. Nas obras de reconstrução e ampliação, devem cumprir-se os mesmos parâmetros aplicáveis aos novos edifícios, definidos nos artigos seguintes, em tudo o que lhes for aplicável.
- 3. Constitui exceção ao número anterior, as situações em que as áreas de implantação ou de construção licenciadas sejam superiores às constantes da tabela anexa, considerando-se, nessas circunstâncias, as áreas licenciadas como as áreas limite à edificabilidade.
- 4. Na situação referida no número anterior, o cumprimento dos afastamentos mínimos é prioritário em relação à manutenção da área de implantação licenciada.

#### Artigo 17.º

#### Implantação dos edifícios

- 1. Na reconstrução e ampliação dos edifícios existentes e na construção dos novos edifícios são definidos parâmetros gerais, aplicáveis à totalidade dos lotes, e parâmetros específicos, aplicáveis a parte dos lotes, os quais encontram expressão na tabela de edificabilidade anexa e na planta de implantação.
- 2. Os parâmetros gerais são os seguintes:
  - a) Tipologia de edificação isolada ou geminada, conforme identificado quadro de edificabilidade em anexo;

- b) Profundidade máxima dos edifícios é de 15 m;
- c) Afastamento mínimo aos limites do lote é 3 m, salvo nas situações em que se obriga a um alinhamento à frente de rua conforme identificadas no quadro de edificabilidade em anexo, ou na zona de edificação especial, representadas na planta de implantação;
- d) A cota de soleira do edifício não deve ultrapassar uma diferença superior a 0,20m relativamente à cota de implantação do arruamento de acesso.
- 3. Os parâmetros específicos, que têm em conta o cumprimento dos parâmetros definidos no número anterior, são os seguintes:
  - a) Área de implantação máxima, valor que corresponde à área máxima de solo que o edifício ou os edifícios podem ocupar e que se encontra identificado no quadro anexo;
  - b) Profundidade máxima, corresponde à dimensão horizontal medida perpendicularmente ao plano marginal vertical do afastamento máximo entre a fachada principal e a fachada de tardoz de um edifício:
  - c) Alinhamento obrigatório, que corresponde à distância relativamente à frente de rua que a implantação do edifício deve respeitar e que se encontra identificado na planta de Implantação.
- 4. A tipologia de edificação geminada referida no número 2 do presente artigo está condicionada a situações existentes ou licenciadas, ou no caso de novas edificações, a licenciamentos conjuntos.
- 5. Nos terrenos inclinados, a implantação dos novos edifícios deve adotar o sentido do declive representado na planta de implantação, isto é, orientar a sua maior fachada paralelamente às curvas de nível.
- 6. Na instalação de empreendimentos turísticos devem ser observadas as seguintes regras específicas:
  - a) Devem ser garantidos afastamentos mínimos aos limites do lote de 3m;
  - b) Cada edifício não pode ter uma frente edificada superior a 20m;
  - c) A implantação dos novos edifícios deve assegurar a manutenção do sistema de vistas;
  - d) Os edifícios devem adotar formas que se adaptem à morfologia do terreno;
  - e) Devem garantidos afastamentos mínimos de 6m entre edifícios, podendo existir uma ligação subterrânea entre os blocos;
  - f) A empena máxima admitida é de 15m.

## Artigo 18.º

#### Volumetria dos edifícios

- 1. Na tabela de edificabilidade anexa são definidos os parâmetros gerais a serem observados em cada um dos lotes delimitados na planta de implantação, nomeadamente:
  - a) Área de construção;
  - b) Número de pisos;
  - c) Altura da edificação.
- 2. Nos lotes 11 a 14 e 28 a 35, 37 a 39 localizados na frente urbana consolidada os edifícios devem adotar uma volumetria máxima de 1 piso e uma altura máxima da edificação de 5,5m.
- 3. Com exceção dos lotes mencionados no número anterior e dos edifícios destinados a alojamento turístico, a altura máxima da edificação é de 6,5m.
- 4. Em terrenos inclinados, a altura das fachadas não pode exceder 7,5m e, em edifícios em consola, as fachadas não podem distar do solo mais de 1m, medido no alinhamento vertical do plano da fachada.
- 5. Por forma a assegurar uma melhor adaptação dos novos edifícios à topografia do terreno, admite-se a construção dos pisos desfasados nos edifícios que apresentem 2 pisos, sendo a contabilização da profundidade feita em cada piso.
- 6. São admitidos edifícios com pé-direito duplo.
- 7. Nas parcelas identificadas como "lotes propostos" na planta de implantação admitem-se as seguintes áreas máximas de construção, conforme definido no quadro de edificabilidade em anexo:
  - a) No lote 72: 1 edifício isolado com 150m² de área de construção máxima;
  - b) Nos lotes 71 e 77 a 80: 1 edifício isolado com 200m² de área de construção máxima ou 2 edifícios isolados no mesmo lote, com uma área de construção máxima total de 250 m², não podendo nenhum edifício ter uma área de construção superior a 150 m².
- 8. Os novos edifícios a implantar nos lotes mencionados no número anterior devem apresentar uma volumetria máxima de 1 piso e uma altura máxima de 6m, admitindo-se que 25% da área de construção surja numa situação de pé-direito duplo.

## Artigo 19.º

#### Zonas de edificação especial

- 1. As zonas de edificação especial, devidamente identificadas na planta de implantação, correspondem a um espaço de memória coletiva onde a presença dos quartéis de vinha ainda é relevante e que importa preservar.
- 2. Admite-se exclusivamente a construção de novos edifícios nas parcelas existentes destinados a apoios agrícolas ou habitação, com uma área de construção máxima de 60m² num único piso, com uma altura máxima de 5,5m, o afastamento mínimo de 6m relativamente a construções pré-existentes e desde que seja garantida a manutenção de 75% da área de vinha da parcela e assegurada a respetiva infraestruturação.
- 3. São ainda admitidas obras de conservação, reconstrução, alteração e ampliação dos edifícios existentes até ao limite referido no número anterior.
- 4. Sem prejuízo do disposto no presente artigo, admite-se o fracionamento das parcelas com área superior a 1.200m² desde que dessa operação não resulte parcelas com área inferior a 500 m².
- 5. Nas zonas de edificação especial abrangidas pela zona A do POOC o regime definido no presente artigo fica condicionado à alteração ou revisão deste plano especial em conformidade.

## Artigo 20.º

#### Zona de vocação turística

- 1. A zona de vocação turística, delimitada na planta de implantação corresponde a uma área destinada exclusivamente à instalação de empreendimentos turísticos e equipamentos associados.
- 2. Admite-se a construção de novos edifícios destinados a empreendimentos turísticos tais como estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos e ainda empreendimentos de turismo em espaço rural e turismo de habitação, bem como equipamentos de animação turística, obedecendo às seguintes regras e parâmetros urbanísticos:
  - a) Índice de utilização do solo: 0,6, independentemente da tipologia do empreendimento turístico;
  - b) Número máximo de pisos: 2;
  - c) Altura máxima da edificação: 7,5 m;
  - d) Área mínima de cobertura vegetal: 30% da área total do lote;

- e) Integração no interior da parcela de lugares de estacionamento na proporção de 1 lugar por cada 5 quartos em empreendimentos turísticos do tipo estabelecimentos hoteleiros e de 1 lugar por cada unidade de alojamento (apartamento ou moradia) nos empreendimentos de aldeamentos turísticos ou apartamentos turísticos;
- f) Devem ser garantidos afastamentos mínimos aos limites do lote de 3m
- g) Cada edifício não pode ter uma frente edificada superior a 20m
- h) A implantação dos novos edifícios deve assegurar a manutenção do sistema de vistas;
- i) A empena máxima é de 15m.
- 3. O regime definido no presente artigo fica condicionado à alteração ou revisão do POOC em conformidade.

## Artigo 21.º

#### **Anexos**

- 1. Admite-se a construção de anexos com uma altura máxima de 1 piso e desvão inferior a 2,50 m.
- 2. Os anexos devem localizar-se na traseira do lote e em continuidade com as fachadas lateral e tardoz dos edifícios e não podem exceder 10% da área do lote nem 100m2 de área de construção, sendo contabilizado na área de construção máxima admitida.
- 3. A implantação dos anexos garante os afastamentos mínimos de 3 m aos limites laterais e frontais do lote, podendo ficar adjacentes a muros de suporte.
- 4. É interdita a utilização dos anexos para habitação, comércio, indústria ou outras atividades económicas, bem como para alojamento de animais.
- 5. Quando a construção de anexos for posterior à da edificação principal, o respetivo projeto deve apresentar alçados e planta do conjunto de forma a esclarecer a relação formal e funcional entre as duas construções.

## Artigo 22.º

### Muros e vedações

- 1. Os muros e vedações cumprem o Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município.
- 2. Os muros de vedação na frente dos lotes devem conter um conjunto de equipamentos, designadamente a caixa de correio e as caixas dos contadores de água, de eletricidade e de gás, dimensionados de acordo com o regulamento do município e integrados no muro por forma a minimizar o seu impacto no mesmo.

## Artigo 23.º

#### Materiais e cores

- 1. As edificações devem apresentar materiais e cores que favoreçam a sua integração no conjunto, prevalecendo a cor dos materiais naturais (madeira, pedra, barro) e sendo utilizadas como cores dominantes, nas paredes exteriores o branco, o ocre, o amarelo claro, o rosa e o bege ou outros tons suaves.
- 2. Podem ser utilizadas outras cores na pintura de caixilharias, molduras, socos e elementos de construção a destacar da cor dominante.
- 3. Nas situações em que haja aproveitamento de sótão, os edifícios devem apresentar cobertura com duas águas vertentes, paralelas à frente do arruamento principal e revestidas com elementos cerâmicos à cor natural.

#### **CAPÍTULO VI**

## Áreas de Circulação e Estacionamento

Artigo 24.º

### Circulação

- 1. A circulação na área de intervenção do Plano está sujeita a condicionamentos distintos consoante o tipo de serviço prestado, sendo por isso subdividida nas seguintes subcategorias:
  - a) Vias de circulação automóvel;
  - b) Vias de circulação mista;
  - c) Áreas de circulação pedonal.
- 2. A execução das áreas de circulação fica sujeita ao desenho constante da planta de implantação, no que se refere ao traçado e modelação, e dos perfis transversais em anexo, que contemplam os valores mínimos de dimensionamento a considerar.
- 3. A reformulação do sistema de circulação e de estacionamento na frente marginal proposto no POOC é integrada no Plano através da restruturação e reorganização de todo o sistema de circulação, conforme é especificado nos artigos 23.º a 26.º do presente Capítulo.
- 4. Todos os canais afetos à circulação pedonal devem ser dotados de meios que permitam a sua utilização por parte de utentes com mobilidade reduzida ou condicionada, no cumprimento da legislação em vigor.

- 5. A implantação de mobiliário urbano e de esplanadas nas vias de circulação pedonal e mista deve assegurar um corredor livre de barreiras arquitetónicas com 1,50m.
- 6. Os passeios não podem ser interrompidos pelas rampas de acesso às caves dos edifícios.

#### Artigo 25.º

#### Vias de circulação automóvel

- 1. As vias de circulação automóvel identificadas na planta de implantação correspondem às vias de acesso ao núcleo urbano e de atravessamento do mesmo.
- 2. As vias de circulação automóvel constituem arruamentos principalmente destinados à circulação automóvel embora dotados de condições para a circulação pedonal, sendo caracterizados pela segregação entre os dois tipos de circulação e pela distinção dos pavimentos e cotas das plataformas.
- 3. Estas vias integram os sentidos de trânsito, as passadeiras de peões e os lugares de estacionamento público ao longo da via identificados na planta de implantação.

## Artigo 26.º

#### Vias de circulação mista

- 1. As vias de circulação mista destinam-se preferencialmente ao acesso a espaços de recreio e lazer e de estacionamento, podendo ainda servir parcelas privadas e áreas de equipamentos.
- 2. Nas vias de circulação mista, a prioridade é conferida à circulação pedonal, sendo caracterizadas pela presença de um corredor destinado à circulação automóvel balizado e com perfil transversal contínuo e diferenciação na cor do pavimento relativamente à área pedonal.
- 3. Excetuam-se do número anterior as vias de circulação mista localizadas na zona de expansão do núcleo urbano, podendo estas ser constituídas por um corredor único que inclui área de estacionamento, pavimentado com materiais permeáveis, sem distinção do tipo de circulação.
- 4. A ligação entre as vias de circulação mista e as vias de circulação automóvel deve ser dotada de um lancil rampeado;
- 5. Estas vias integram os sentidos de trânsito identificados na planta de implantação.

#### Artigo 27.º

#### Áreas de circulação pedonal

- 1. As áreas de circulação pedonal constituem arruamentos exclusivamente afetos à circulação de peões e bicicletas.
- 2. O espaço de extensão da frente marítima dos Anjos inclui-se nas áreas de circulação pedonal, constituindo um espaço de fruição pública de excelência, o qual deve apresentar pavimentos permeáveis e mobiliário urbano adequado, onde é permitida a instalação de



equipamentos de apoio ao recreio e lazer, de caráter temporário ou permanente, tais como quiosques e esplanadas.

3. Nas áreas de circulação pedonal é interdita a circulação automóvel, com exceção de veículos de emergência.

### Artigo 28.º

#### Circulação de pessoas com mobilidade condicionada

- 1. Sem prejuízo das normas técnicas definidas na legislação específica vigente, na aprovação dos projetos de execução dos espaços públicos devem ser garantidas as condições de acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada, observando-se, entre outros, o disposto nos números seguintes.
- 2. A altura dos lancis na imediação dos atravessamentos de peões não pode ser superior a 0,15m, de forma a permitir o rebaixamento dos mesmos até 0,02m;
- 3. A largura máxima das grelhas, buracos ou frestas para escoamento de águas ou de outras juntas de pavimento é de 0,02m;
- 4. A largura do percurso pedonal livre de obstáculos não pode ser inferior a 1,2m.

Artigo 29.º

#### **Estacionamento**

O estacionamento público na área de intervenção é constituído por bolsas distribuídas ao longo dos arruamentos, conforme representados na planta de implantação, e por um parque de estacionamento que inclui 60 lugares de estacionamento de veículos ligeiros.

#### **CAPÍTULO VII**

## Outros Espaços Públicos

Artigo 30.°

#### Áreas verdes de utilização coletiva

- 1. As áreas verdes de utilização coletiva identificadas na planta de implantação correspondem a espaços públicos com áreas ajardinadas e com arborização que servem de enquadramento das zonas de estadia e recreio da população.
- 2. Na planta de implantação estão representadas igualmente as árvores existentes que se devem manter, bem como a indicação de novos alinhamentos e maciços arbóreo-arbustivos.
- 3. Na utilização de material vegetal arbustivo e arbóreo deverá ter-se em atenção eventuais interferências com as panorâmicas que se podem desfrutar sobre o mar.
- 4. As espécies vegetais a utilizar cumprem as disposições dos números 4 e 5 do artigo seguinte.

## Artigo 31.º

## Áreas verdes de proteção

- 1. As áreas verdes de proteção correspondem a zonas que não tem características para a edificabilidade, quer por possuírem condições biofísicas e ecológicas que importa salvaguardar, como é o caso dos cursos de água, quer por não terem condições geomorfológicas adequadas para a construção, como são o caso dos terrenos mais declivosos, sendo o revestimento vegetal destas áreas um fator de valorização que contribuir para o enquadramento urbano.
- 2. Os projetos das áreas verdes associados aos cursos de água devem incluir soluções que evitem a erosão, que promovam a infiltração na zona das margens e prever plantações de galerias ripícolas adequadas.
- 3. Os projetos das áreas verdes de proteção nos terrenos de maior declive devem acautelar, em especial, a drenagem das águas superficiais e a plantação de espécies que garantam a estabilização e proteção do solo.
- 4. Nas áreas de plantação referidas no número anterior não deve ser utilizado material vegetal com caráter invasor e ou risco ecológico.
- 5. A escolha das espécies a utilizar nas plantações previstas no Plano deve obrigatoriamente observar o disposto no regime jurídico de conservação da natureza e da biodiversidade, nos termos da legislação vigente.
- 6. Nas áreas verdes de proteção apenas é permitida a instalação de pequenas edificações de apoio a atividades de lazer ao ar livre ou de apoio à manutenção da própria área, com características amovíveis e com uma área de construção máxima de 30 m² desde que compatível com o regime específico de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, se aplicável.

#### Artigo 32.º

#### Alinhamentos arbóreos e maciços arbóreo-arbustivos

- 1. Os alinhamentos arbóreos e maciços arbóreo-arbustivos representados na planta de implantação são meramente indicativos no que respeita à implantação das caldeiras e elementos arbóreos, estando sujeitos a ajustamentos decorrentes dos respetivos projetos de execução.
- 2. Os taludes existentes e propostos devem ser objeto de cobertura com vegetação arbustiva e herbácea, por forma a assegurar a sua integração ambiental e paisagística e a minimizar situações de risco.
- 3. As espécies a utilizar cumprem as disposições dos números 4 e 5 do artigo anterior.

## Artigo 33.º

#### **Outros equipamentos**

- 1. Para efeitos de aplicação deste Plano identificam-se as intervenções programadas no âmbito do POOC com incidência espacial nesta área:
  - a) Requalificação e ampliação da frente marítima dos Anjos e construção de um passeio marítimo de modo a constituir uma nova frente urbana;
  - b) Intervenção na área urbana dos Anjos;
  - c) Requalificação da zona balnear;
  - d) Requalificação do percurso pedonal para poente junto ao litoral;
  - e) Qualificação e melhoria do acesso ao Porto dos Anjos.
- 2. A zona balnear, identificada na planta de implantação, é constituída pelo complexo de piscinas dos Anjos.
- 3. O complexo de piscinas dos Anjos, delimitado na planta de implantação, corresponde à zona balnear existente, integrada na frente marginal, e constitui o espaço de utilização recreativa e de lazer por excelência, com especial apetência para o turismo balnear dada a sua posição privilegiada na baía.
- 4. O ordenamento da zona balnear referida no número anterior faz-se de acordo com o estipulado no POOC e no respetivo Plano da Zona Balnear, que faz parte dos elementos que acompanham este plano, admitindo-se que a localização dos equipamentos de apoio à função balnear e recreativa previstos possa ser alterada mediante justificação técnica conclusiva, no âmbito do respetivo projeto de execução, desde que o princípio geral definido no Plano não seja posto em causa.
- 5. A Praça Cristóvão Colombo, delimitada na planta de implantação, constitui um espaço público de estadia, funcionando como porta de entrada no núcleo urbano e simultaneamente como um espaço de memória coletiva, permitindo aumentar e diversificar a área afeta ao Centro Cultural Cristóvão Colombo.
- 6. A construção do espaço público mencionado no número anterior visa promover a articulação entre os dois lados do único acesso ao núcleo urbano e valorizar o património edificado presente, através das seguintes intervenções:
  - a) A requalificação o espaço envolve à Ermida dos Anjos;
  - b) A relocalização da estátua alusiva ao navegador Cristóvão Colombo;

- c) A uniformização da área pavimentada, destacando-se das restantes áreas pedonais;
- d) A articulação entre a praça e os restantes espaços afetos ao centro cultural;
- e) A instalação de equipamentos de apoio (restauração e quiosques) com espaços de esplanada;
- f) A requalificação dos edifícios que confinam com a praça;
- g) A criação de zonas arborizadas.
- 7. O Porto dos Anjos, nos termos do programa de execução do POOC, deve ser objeto de intervenções de manutenção e conservação da área que garantam:
  - a) A melhoria de acesso ao porto, através da reformulação da rotunda existente e reconfiguração da área de estacionamento;
  - b) A beneficiação da infraestrutura portuária, nomeadamente a adaptação do cais e a instalação de uma grua elétrica.

## Artigo 34.º

#### **Esplanadas**

- 1. É permitida a instalação de esplanadas nas áreas pedonais, desde que se garanta que um terço do perfil transversal dessas mesmas superfícies, com um mínimo de 1,50 m, fica disponível para o uso dos peões, admitindo-se a colocação de estrados.
- 2. O mobiliário das esplanadas deve ser previamente aprovado pela Câmara Municipal.
- 3. Os elementos de pára-sol e outros resguardos são em lona ou tela e devem integrar-se na linha gráfica das mesas e cadeiras, sendo proibida a utilização de plásticos e de materiais refletores.
- 4. As mesas, cadeiras e elementos de resquardo não podem ter qualquer tipo de publicidade.
- 5. São admitidos elementos e estruturas fixas aos pavimentos, bem como elementos de delimitação ou encerramento das esplanadas, cujo projeto deve ser previamente licenciado pela Câmara Municipal.

#### CAPÍTULO VIII

## Execução do Plano Artigo 35.º

#### Unidades de Execução

- 1. O Plano propõe a delimitação de duas unidades de execução, de ora em diante designadas UE, conforme consta na planta de implantação:
  - a) UE 1 zona de expansão urbana;

- b) UE 2 zona de vocação turística.
- 2. A execução do Plano assenta na transformação fundiária dos diversos prédios que integram o solo urbano da área de intervenção, que permitem as operações urbanísticas que suportam a organização espacial estabelecida no Plano.
- 3. Na UE1 a execução da transformação fundiária realiza-se através de operação de loteamento, a qual não impede a construção avulsa nos lotes 71 e 72, desde que a mesma não coloque em causa os objetivos e a configuração prevista no Plano.
- 4. Na UE2 a ocupação e transformação deve ser antecedida, conforme a natureza da intervenção assim o exigir, de plano de pormenor, unidade de execução ou operação de loteamento, com ou sem associação de proprietários.
- 5. A execução do Plano assenta, ainda, na concretização do conjunto de intervenções descritas no Programa de Execução do Plano, as quais integram as obras de urbanização designadamente de construção de novos arruamentos e de infraestruturação e requalificação de arruamentos existentes.
- 6. As obras de construção de novos arruamentos e de infraestruturação de arruamentos existentes previstas no Programa de Execução do Plano são condição essencial para a concretização da edificabilidade prevista no Plano para os novos lotes confinantes com essas vias.

# Artigo 36.º Sistemas de Execução

- 1. Os sistemas de execução do Plano variam conforme a responsabilidade das intervenções definidas no Programa de Execução do Plano.
- 2. A execução do Plano é efetuada preferencialmente de acordo com o regime de compensação, sem prejuízo do eventual recurso aos sistemas de cooperação e de imposição administrativa nos termos da legislação aplicável.
- 3. No sistema de compensação a iniciativa de execução é dos particulares, que ficam obrigados a prestar ao município a compensação devida de acordo com as regras estabelecidas pelo Plano.
- 4. No sistema de cooperação, a iniciativa de execução pertence ao município em conjugação coordenada com os particulares interessados, atuando coordenadamente, de acordo com a programação estabelecida pela Câmara Municipal e nos termos do adequado instrumento contratual.
- 5. No sistema de imposição administrativa, a iniciativa de execução pertence ao município, que atua diretamente ou mediante concessão da urbanização.

- 6. As principais intervenções previstas pelo Plano, designadamente em relação ao sistema de circulação e aos espaços públicos são da responsabilidade da administração regional e local.
- 7. É exceção ao número anterior o novo arruamento urbano proposto, inserido na UE1 cujos custos de infraestruturação são suportados pelos proprietários e a administração local.
- 8. A execução das intervenções que envolvam particulares envolvem a celebração de contratos onde são identificadas as parcelas envolvidas, os novos lotes, a sua distribuição pelos proprietários, os valores a pagar ou receber por cada interveniente na operação e o mecanismo de compensação previsto.

#### Artigo 37.º

## Mecanismos de perequação compensatória

- 1. Para a concretização da perequação compensatória são considerados os seguintes mecanismos:
  - a) Índice médio de utilização;
  - b) Índice médio de cedência;
  - c) Repartição dos custos de urbanização.
- 2. Na UE2 a área de construção a atribuir a cada proprietário resulta da aplicação à respetiva parcela do índice médio de utilização.
- 3. O custo de construção das infraestruturas gerais é parcialmente suportado pelos proprietários integrados nas UE, na proporção da área de construção que lhes é atribuída pelo Plano e podem ser realizadas pelo Município ou pelos proprietários nos termos a definir em contrato de urbanização.
- 4. O pagamento de custo da construção das infraestruturas pelos proprietários ao Município é efetuado aquando da emissão do alvará de licença de loteamento ou de construção.

#### Artigo 38.º

### Índice médio de utilização

- 1. O índice médio de utilização (IMU) é o quociente entre a edificabilidade total prevista nos novos lotes e a área de terreno das parcelas originais abrangidos consideradas na perequação.
- 2. A compensação entre proprietários, necessária para a operação de reparcelamento deve ser em numerário ou área edificada, de acordo com as condições a estabelecer em adequado instrumento contratual.
- 3. Quando a edificabilidade do terreno for inferior ao respetivo valor determinado no Plano, o proprietário deve ser compensado de modo adequado.

- 4. Quando a edificabilidade do terreno for superior ao respetivo valor determinado no Plano, o proprietário deve, previamente à emissão do competente alvará municipal, compensar e excesso de capacidade construtiva, entregando em numerário o valor correspondente ou ceder área edificável de acordo com as condições a estabelecer em adequado instrumento contratual.
- 5. A Câmara Municipal pode estabelecer um fundo de compensação para a UE, nos termos da legislação.

#### Artigo 39.º

#### Índice médio de cedência

- 1. O índice médio de cedência (IMC) é o quociente entre a soma das áreas de terreno dos novos lotes abrangidos pela perequação e a área de terreno das parcelas originais consideradas.
- 2. A compensação entre proprietários, necessária para a operação de reparcelamento deve ser em numerário ou área de terreno, de acordo com as condições a estabelecer em adequado instrumento contratual.

## Artigo 40.º

## Repartição dos custos de urbanização

- 1. A repartição dos custos de urbanização é obrigatória sendo a comparticipação individual de cada proprietário determinada em função da área de construção que lhe é atribuída pelo IMU.
- 2. São divididos os encargos da realização de obras de urbanização, ou outros a definir, nos termos de contrato de urbanização, proporcionalmente à área total de construção atribuída.
- 3. A repartição dos custos de urbanização é feita através do pagamento de taxas pela realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas conforme estipulado em regulamento municipal.
- 4. Mediante acordo entre os proprietários e nos termos do adequado instrumento contratual, os custos de urbanização podem ser considerados para efeitos da compensação referida no artigo anterior.

## CAPÍTULO IX Disposições Finais

Artigo 41.º

#### **Omissões**

Qualquer situação não prevista no presente Regulamento observa o disposto no PDM, POOC e na demais legislação aplicável.



## Artigo 42.º

## Entrada em Vigor e Revisão

O Plano entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no Jornal Oficial, podendo ser revisto por iniciativa da Câmara Municipal, permanecendo eficaz até à entrada em vigor da respetiva revisão ou alteração, conforme definido na legislação em vigor.

## Anexo I - Quadro de edificabilidade

Nº do lote	Área do lote (m²)	A. Construção máx * (m²)	índice de ocupação (%)	A. Implantação máx (m²)	Área máxima de impermeabilização (m²)	Nº máximo de pisos	Altura da edificação (m²)	Alinhamento obrigatório	Profundidade máx (m)	Tipologia da edificação	Uso permitido	N² máximo de fogos	Nº Estacionamento no interior do lote
1	338	270,4	50%	169,0	202,8	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
2	225,2	180,2	50%	112,6	135,1	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	3	3
3	93,7	75,0	50%	46,9	56,2	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	1	1
4	43,2	34,6	50%	21,6	25,9	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	1	1
5	35,2	28,2	50%	17,6	21,1	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	1	1
6	57,8	46,2	50%	28,9	34,7	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	1	1
7	1329,3	1063,4	50%	664,7	797,6	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
8	35,2	28,2	50%	17,6	21,1	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	1	1
9	45,9	36,7	50%	23,0	27,5	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/I+T	1	1
10	1191,9	953,5	40%	476,8	715,1	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
11	346,8	277,4	50%	173,4	208,1	1	5,5 5.5	Sim	15 15	iso/gem	H+S/C/i+T H+S/C/i+T	4	4
13	338,6	270,9	50%	169,3	203,2	1	5,5	Sim	15	iso/gem	H+S/C/I+T	4	4
14	241,4	193,1	50%	120,7	144,8	1	5,5	Sim	15	iso/gem iso/gem	H+S/C/i+T	3	3
15	522,1	0		120,7	144,0		-	-	-	lourgelli	-	-	
16	267.2	0				-				-	-	_	-
17	495,2	396,2	50%	247,6	297,1	2	6,5	Não	12	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
18	256,8	205,4	50%	128,4	154,1	2	6,5	Não	12	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
19	246,4	197,1	50%	123,2	147,8	2	6,5	Não	12	iso/gem	H+S/C/i+T	3	3
20	249,7	199,8	50%	124,9	149,8	2	6,5	Não	12	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
21	284,5	227,6	50%	142,3	170,7	2	6,5	Não	12	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
22	535,9	428,7	50%	268,0	321,5	2	6,5	Não	12	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
23	283	226,4	50%	141,5	169,8	2	6,5	Não	12	iso/gem	H+S/C/I+T	4	4
24	260,9	208,7	50%	130,5	156,5	2	6,5	Não	12	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
25	272,2	217,8	50%	136,1	163,3	2	6,5	Não	12	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
26	494,5	395,6	50%	247,3	296,7	2	6,5	Não	12	iso/gem	H+S/C/I+T	4	4
27	456,9	365,5	50%	228,5	274,1	2	6,5	Não	12	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
28	208,9	167,1	50%	104,5	125,3	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	3	3
30	402,4 250,3	321,9	50%	201,2	241,4	1	5,5 5,5	Sim	15 15	iso/gem	H+S/C/i+T H+S/C/i+T	4	4
31	250,3	188,0	50%	125,2	150,2 141,0	1	5,5	Sim	15	gem	H+S/C/i+T	3	3
32	584,6	467,7	50%	292,3	350,8	1	5,5	Sim	15	gem	H+S/C/I+T	4	4
33	285,7	228,6	50%	142,9	171,4	1	5,5	Sim	15	gem	H+S/C/I+T	4	4
34	221,3	177,0	50%	110,7	132,8	1	5,5	Sim	15	iso/gem	H+S/C/i+T	3	3
35	257,7	206,2	50%	128,9	154,6	1	5,5	Sim	15	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
36	302,1	0	-		-	-		-		-	-	-	-
37	182,3	145,8	50%	91,2	109,4	1	5,5	Sim	15	iso/gem	H+S/C/i+T	2	2
38	512,4	409,9	50%	256,2	307,4	1	5,5	Sim	15	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
39	173,9	139,1	50%	87,0	104,3	1	5,5	Sim	15	iso/gem	H+S/C/i+T	2	2
40	456,5	365,2	50%	228,3	273,9	2	6,5	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
41	756,3	605,0	50%	378,2	453,8	2	6,5	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4

Nº do lote	Área do lote (m²)	A. Construção máx * (m?)	índice de ocupação (%)	A. Implantação máx (m?)	Área máxima de impermeabiliz ação (m²)	Nº máximo de pisos	Altura da edificação (m²)	Alinhamento obrigatório	Profundidade máx (m)	Tipologia da edificação	Uso permitido	N² máximo de fogos	N² Estacionamento no interior do lote
42	577,3	461,8	50%	288,7	346,4	2	6,5	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
43	539,3	323,6	50%	269,7	323,6	2	6,5	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
44	428,5	257,1	50%	214,3	257,1	2	6,5	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
45	367,0	220,2	50%	183,5	220,2	2	6,5	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
46	293,1	234,5	50%	146,6	175,9	2	6,5	Não	15	gem	H+S/C/i+T	4	4
47	336,3	269,0	50%	168,2	201,8	2	6,5	Não	15	gem	H+S/C/i+T	4	4
48	326,7	261,4	50%	163,4	196,0	2	6,5	Não	15	gem	H+S/C/i+T	4	4
49	336,4	269,1	50%	168,2	201,8	2	6,5	Não	15	gem	H+S/C/i+T	4	4
50	340,4	272,3	50%	170,2	204,2	2	6,5	Não	15	gem	H+S/C/i+T	4	4
51	342,3	273,8	50%	171,2	205,4	2	6,5	Não	15	gem	H+S/C/i+T	4	4
52	186,4	111,8	50%	93,2	111,8	2	6,5	Não	15	gem	H+S/C/i+T	2	2
53	229,4	137,6	50%	114,7	137,6	2	6,5	Não	15	gem	H+S/C/i+T	4	4
54	367,5	220,5	50%	183,8	220,5	2	6,5	Não	15	gem	H+S/C/i+T	4	4
55	531,6	319,0	50%	265,8	319,0	2	6,5	Não	15	gem	H+S/C/i+T	4	4
56	446,4	357,1	50%	223,2	267,8	2	6,5	Não	15	gem	H+S/G/i+T	4	4
57	401,8	321,4	50%	200,9	241,1	2	6,5	Não	15	gem	H+S/C/i+T	4	4
58	280,9	224,7	50%	140,5	168,5	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
59	433,7	347,0	50%	216,9	260,2	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
60	242,8	194,2	50%	121,4	145,7	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
61	705,6	564,5	50%	352,8	423,4	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
62	773,3	618,6	50%	386,7	464,0	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
63	346,0	276,8	50%	173,0	207,6	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
64	905,1	724,1	40%	362,0	543,1	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
65	533,8	427,0	50%	266,9	320,3	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
66	449,8	359,8	50%	224,9	269,9	2	6,5	Não	15	iso/gem	H+S/C/i+T	4	4
67	373,4	298,7	50%	186,7	224,0	2	6,5	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
68	1365,1	250**	-	250,0	819,1	2	6,5	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
69	1212,9	250**	-	250,0	727,7	2	6,5	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
70	700,0	250**	-	250,0	420,0	2	6,5	Não	15	iso	Equip	4	4
71	681,2	250**	-	200,0	389,4	- 1	6,0	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
72	437,7	150	-	150,0	262,6	1	6,0	Não	15	iso	H+S/C/i+T	3	3
73	1385,8	250**	-	200,0	831,5	2	6,5	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
74	2046,8	250**	-	200,0	1228,1	2	6,5	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
75	776,5	250**	-	200,0	465,9	2	6,5	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
76	1928,7	250**	-	200,0	1157,2	2	6,5	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
77	801,8	250**	-	200,0	481,1	1	6,0	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
78	718,5	250**	-	200,0	431,1	1	6,0	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
79	700,3	250**	-	200,0	420,2	1 .	6,0	Não	15	iso	H+S/C/i+T	4	4
80 * Exceto	730,6 nas situa	250** cões em qu	e a área de	200,0 construç	438,4 ão licencia	1 da à data	6,0 a de entra	Não da em vio	15 or do PP	iso	H+S/C/i+T r ao máximo de	4 ofinida	4

Bo | 730,6 | 250" | - 200,0 | 438,4 | 1 | 5,0 | Não | 15 | iso | H-SICH-T 4 | 4 | Excelor as situações em que a fare de censtrução licencida à data de aertada em vigor do PP seja superior ao máximo definido "Airos de constitução máxima admitida exclusivamente para as situações de 2 cellicios sicilados por lote, nos termos do regulamento H-Habitago. T-airatimos, SOT - Comérido, Sevições o un indicistar 500 s.2 (super-Equipamentos ino - Belotata; perma general de la comercia de aertago de seguina de la comercia de aertago de la comercia del comercia de la comercia del comercia de la comercia del comercia de la comercia de la comercia del comercia de la comercia de la comercia de la comercia de la comercia del comercia de la comercia del comercia de la comercia de la comercia del la

#### Anexo II\_Perfis transversais das áreas de circulação e estacionamento

